JORNAL DA Unicamp

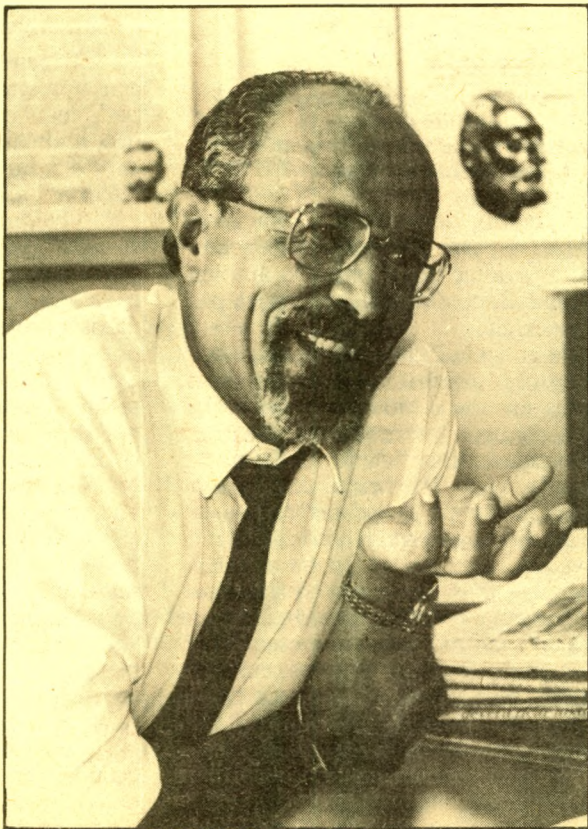
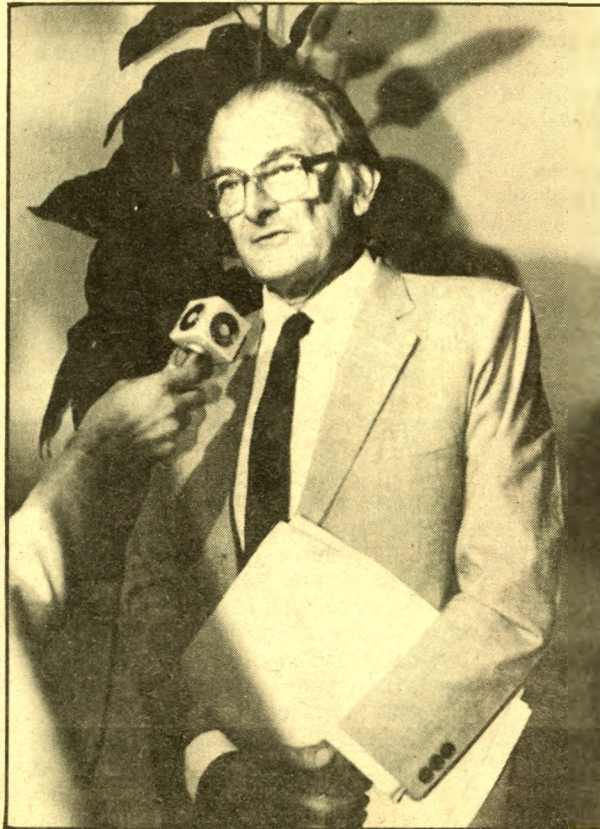
Campinas, abril de 1989 Ano III — n.º 30

Algo novo se passa em Divinolândia

Dezesseis cidades do interior paulista elegem Divinolândia seu centro hospitalar. A Unicamp ajuda. Página 8.

Relatório analisa pós-graduação

A pós-graduação da Unicamp mantém sua fama de melhor do País. Mas pode ser melhorada. Página 4.

O experiente jornalista e professor de Teoria Política, Oliveiros Ferreira, acha que o Brasil é um sistema de equações incompatíveis e que o próximo governo pode se inviabilizar por falta de maioria no Congresso. Página 6.

Oliveiros discute a cena política. Ou picadeiro?

Para José Lutzenberger, este é apenas o discurso do governo brasileiro para ganhar a solidariedade da opinião pública. É bem outra a realidade que está por trás da preocupação dos ecologistas. Última página.

Quem falou em internacionalizar a Amazônia?

Como aconteceu no ano passado, vem de um estabelecimento público o primeiro colocado no vestibular da Unicamp. É Laerte Ferreira, de Brasília. Sua escola fez uma espécie de revolução por conta própria. Página 3.

Escola pública surpreende outra vez no Vestibular

O que tem a ver com os brasileiros a faustosa Viena da virada do século, com sua constelação de sábios e intelectuais? Essa identificação surpreendeu o próprio Carl Schorske, o celebrado historiador de ***Viena Fin-de-siècle.*** *Página 7.*

Schorske explica a Viena de Freud, Klimt e Musil

Opinião O buraco de ozônio é mais embaixo

Thomas M. Lewinsohn

Desde 1988, a questão do meio ambiente no Brasil está em escalada. O mundo está de olho e, atualmente, a questão amazônica tem presença obrigatória em dois cenários: na política interna brasileira e em suas relações internacionais, inclusive as econômicas. Iniciativas de pressão internacional são amplamente discutidas: benéficas ou contraproducentes, eficazes ou inócuas? Que conseqüências provocam? Qual a postura do ambientalismo e dos cientistas brasileiros em face destas propostas?

A forte presença do assunto em jornais, revistas e televisão no exterior mostra que o assunto transbordou os círculos de biólogos e de "verdes", para assumir um lugar destacado entre as angústias do cidadão "consciente" do Primeiro Mundo.

De onde surge esta grande preocupação com a Amazônia? Afinal de contas, as queimadas não são de agora — embora venham aumentando muito — e as denúncias, dentro e fora do Brasil, já vão há bem mais de 10 anos. Há dois dados relevantes para entender isto. Um, é que a ecologia (melhor dizendo, a questão ambientalista) perdeu sua condição de causa contracultural ou marginal e foi incorporada à política tradicional, em grande estilo: o símbolo mais evidente disto é o "esverdeamento" da Sra. Thatcher, que sempre se defrontou com Verdes, Greenpeace e Cia., e agora está preocupadíssima com a qualidade do meio ambiente. Na Alemanha, já não são só os Verdes a apresentar um programa "ecológico": partidos de todos os matizes têm hoje que apresentar soluções para questões do meio ambiente.

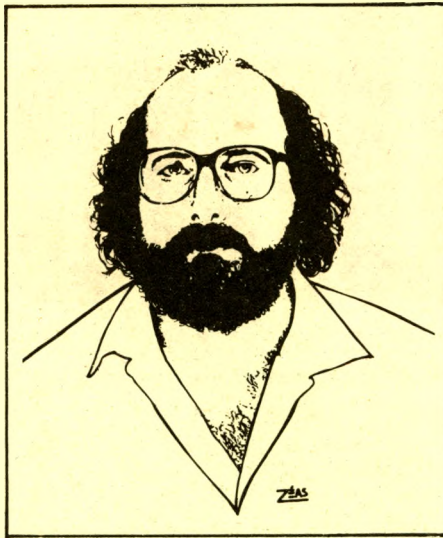
Outro dado é que, especialmente na Europa, sabe-se há muito que os problemas do vizinho não são só dele — poluição e morte dos grandes rios, chuva ácida e, claro, Chernobil, não respeitam fronteiras políticas. A novidade, porém, é que os problemas podem de fato atingir a escala planetária. A biosfera, um termo um tanto abstrato, materializou-se para muita gente ao saber do buraco na camada de ozônio sobre a Antártida — e sobre a relação entre o CFC de **seu** spray doméstico e de **sua** geladeira com o aparecimento deste buraco; e deste, por sua vez, com o seu câncer de pele.

Após o buraco de ozônio, o efeito estufa, causado pelo aumento de gás carbônico na atmosfera, tornou-se a segunda crise ambiental em escala global. Muito da reação americana e européia às queimadas da Amazônia pode dever-se ao medo de que estas venham a afetar o mundo — mais exatamente o seu, o Primeiro Mundo — através da aceleração deste efeito. Os especialistas não asseguram que mudanças climáticas nos últimos anos sejam devidas ao efeito estufa, mas a opinião pública internacional já está largamente convencida disto, e também do papel importante das queimadas no Brasil em aumentar a concentração de gás carbônico.

Assim, apesar de toda a retórica, parece que continuam sendo somente os ambientalistas convictos que se preocupam seriamente com a preservação da diversidade de espécies nas florestas tropicais. Mas os riscos de alterações climáticas globais, em combinação com o protesto dos índios acuados pelas represas, construídas e projetadas, e com a morte de Chico Mendes, todos estes motivos confluem para provocar uma reação internacional de dimensões inusitadas.

Daí então internacionalizar a Amazônia? Ninguém propôs isto, mas este mito vem sendo sustentado pelo próprio governo, por razões bastante transparentes: a questão passa assim a envolver a soberania nacional e esta, claro, é inegociável. Ou, segundo as Forças Armadas, trata-se de um caso de Segurança Nacional — aquele mesmo elástico conceito de tanta utilidade nos anos 60 e 70.

Com esta redução do problema, remonta-se um cenário antigo e familiar quando, há uns vinte e tantos anos, Herman Kahn e o Hudson Institute propunham um lago gigante para a Amazônia central, e o Exército enfrentava tais ameaças priorizando a ocupação da região em seu programa geopolítico. Ao que me lembre, preservar a região da "cobiça internacional" (título de livro de Arthur Ferreira Reis, primeiro governador do Amazonas pós-64) foi uma das importantes razões oficiais para empreender a Transamazônica, a Perimetral Norte e muito do que se seguiu.

A postura do governo Sarney tem portanto uma história, e ela é municiada por incidentes como a alegada intervenção do Presidente Bush, contrária ao financiamento japonês da ligação rodoviária do Acre ao Pacífico. No entanto, apesar de tudo, não pode o governo contentar-se em denunciar como intervencionistas todas as manifestações do exterior. As retenções de financiamentos obrigam-no a dar conta de como pretende lidar com o meio ambiente amazônico. Isto há de ter tido sua influência no anúncio do Programa Nossa Natureza e, agora, na criação de um instituto unificado de meio ambiente substituindo a SEMA e o IBDF; como, de resto, já a criação da SEMA em parte destinava-se a encaminhar as avaliações de impacto ambiental que o Banco Mundial na época passava a exigir.

Thomas M. Lewinsohn é professor do Instituto de Biologia e um dos fundadores do Laboratório de Interações Insetos-Plantas (LIIP).

De outro lado, apesar de não haver pretensões internacionalizantes reais, muitas propostas dos governos e grupos ecológicos internacionais mostram compreensão insuficiente da situação brasileira. Podem ser bem-intencionadas as propostas de conversão da dívida externa em bônus de preservação — os "debt-for-nature swaps" — mas, como mostrou Fernando Homem de Melo (Folha de S.Paulo, 11/3/89) mesmo um gigantesco esforço de arrecadação de doações, em combinação com grandes descontos na recompra de títulos da dívida brasileira, mal arranharia o total da dívida e o fluxo de juros atualmente pagos. Outras manifestações são mais ingênuas e apenas espelham antigas truculências colonialistas — ainda bem que a dívida existe porque, assim, "nós" (credores) podemos forçar "eles" (devedores) a parar a destruição e desse jeito "nós" (civilizados) resgatamos a natureza.

Qualquer proposta internacional mais efetiva terá de ter em conta não só as florestas pluviais da Amazônia e seus habitantes, mas a condição mesmo do Brasil: crise social e econômica, de saúde, de distribuição de terras, de produção de alimentos e os problemas ambientais igualmente graves no restante do país. Principalmente, porém, terá de ter em conta que a preservação das florestas passa, inevitavelmente, pelo processo político do Brasil.

Embora a pressão internacional atual concentre-se sobre a preservação de amplos espaços naturais da Amazônia, ambientalistas e cientistas no Brasil sabem da inviabilidade política de qualquer projeto de grande escala que não defina toda uma estratégia de ocupação da região. Não que faltem problemas às áreas de preservação propriamente ditas: muitas foram pretensamente criadas sem jamais serem demarcadas ou sequer saírem do papel, e as que existem são precariamente mantidas e seu futuro é inseguro. Mas a maior incerteza relaciona-se com o destino das áreas não protegidas, hoje ainda fundamentalmente condenadas pelo mito oficial e historicamente assentado, de que a Amazônia somente é habitável e economicamente rentável onde a mata original for removida.

Independentemente de qualquer causa externa, a política brasileira não pode mais passar ao largo dos problemas ambientais. Isto já era sinalizado em 1986, quando surgiram as primeiras "zebras" eleitorais ecológicas, como Fábio Feldman em São Paulo. Que "ecologia" podia dar voto, especialmente junto aos jovens, foi rapidamente detectado e em 1988 proliferaram candidatos a prefeito ou vereador preocupados com a natureza. Mesmo algumas facções da esquerda que, antes, descartavam preocupações ambientalistas por supostamente servirem apenas para desviar atenções dos verdadeiros problemas sociais e econômicos, reconhecem hoje sua realidade.

A pressão internacional, porém, pode ajudar a tornar a vida um pouco mais difícil para o político brasileiro. Se a "ecologia" parecia tão confortável e facilmente incluída em qualquer plataforma, por seu caráter aparentemente apolítico e suprapartidário, agora ela mostra garras aos incautos. Não basta mais ser "a favor do verde" (todo novo condomínio também é...); há de ter propostas mais precisas e, mais ainda, há de situá-las dentro do calamitoso espectro das urgências nacionais.

O despreparo dos políticos brasileiros para lidar efetivamente com esta questão é evidente, apesar do capítulo de meio ambiente da nova Constituição. Não menos evidente é o desaparelhamento atual do sistema científico para suprir as bases mínimas para um projeto de gerenciamento ambiental de grande escala e ecologicamente correto. Mesmo assim, é basicamente deste contingente político e deste sistema científico que depende, na melhor das hipóteses, a sorte imediata das áreas remanescentes de ambientes naturais no Brasil. Perante um quadro tão incerto e precário, o saldo das pressões externas e da opinião pública internacional ainda não está claro.

CARTAS

De Juiz de Fora

"Tomei conhecimento da efervescente produção intelectual e científica desenvolvida nessa Universidade, de maneira que pretendo me submeter aos exames vestibulares de 1990, para ingressar em seu corpo discente. Para tanto, peço que me enviem manuais e prospectos que me indiquem como proceder em relação às inscrições, data das provas, conteúdo programático, e outras informações indispensáveis. Frederico Araújo Turolla — Juiz de Fora — MG.

*** Encaminhamos sua solicitação à Comissão do Vestibular da Unicamp (Convest), que o atenderá.**

De Tucumán, Argentina

"Quienes frecuentamos las páginas de el periódico de la Universidad Estatal de Campinas conocemos la calidad y actualidad de la información que portan. No obstante, nos permitimos detenermos en la página 10 del n.º 27." Vestibulando de 89 é mais bem informado" — "Dos quase 31 mil candidatos, a maioria prefere ler a ver televisão." Se trata de investigación institucional, importante como diagnóstico para el desarrollo curricular. De ese modo, como bien dicen "definen el perfil del candidato". Este artículo ha sido destacado ante las autoridades de la universidad. Mi profunda adhesión para "Jornal da Unicamp" y por onde para sus hacedores". Hilda Marina Días — Secretaria de Documentación e Información Educativa — UNSTA — Tucumán, Argentina.

De Curitiba

"Sou estudante do segundo ano do curso de Desenho Industrial da Universidade Federal do Paraná e fiquei sabendo, recentemente, da publicação do "Jornal da Unicamp". Gostaria de receber o jornal por meio de assinatura e desta maneira ficar ciente das pesquisas e projetos da universidade, tanto na minha área como nas demais." Álvaro Ruoso — Curitiba.

*** Sua assinatura está feita. Nosso jornal é distribuído gratuitamente.**

De Cerro Del Pasco

"Por encargo del senõr Vice Rector Académico, Encargado del Rectorado Prof. Abraham Llanos Moncayo, tengo el agrado de dirigirme a Usted para acusar recibo de su revista "Jornal da Unicamp" Enero-1989. Al respecto, a nombre de la comunidad Universitaria de esta Casa de Estudios Superiores, agradecemos por su gentil envío y estaremos muy complacidos de seguir recibiendo mayores informes."

Prof. Eduardo Mayuntupa Punto, secretario general — Universidad Nacional Daniel Alcides Carrion — Cerro Del Pasco.

De Porto Alegre

"Solicitamos a fineza de nos remeter o 'Jornal da Unicamp' para ser utilizado na Sala de Leituras desta instituição cultural. Salientamos que a referida sala é freqüentada por mais de 1.000 leitores mensalmente. O envio desta valiosa publicação irá aumentar e enriquecer o nosso acervo." Rosamaria Coimbra Leite Costa — Casa da Cultura Mário Quintana — Porto Alegre.

De Barcelona

"Dentro de la programación académica de esta Facultad se considera indispensable promocionar el contacto de los alumnos con las publicaciones periódicas, ya que este contacto es un elemento insustituible en la tarea de formación de los periodistas. Con el fin de mantener el actual nivel de nuestra hemeroteca, nos permitimos solicitarle que gestione la concesión de una subscripción gratuita de la publicación que Ud. edita." Nuria Gallart — Bibliotecária — Universidad Autónoma de Barcelona.

*** Nuria, você receberá a assinatura pedida.**

Reitor — Paulo Renato Costa Souza
Coordenador Geral da Universidade — Carlos Vogt
Pró-reitor de Graduação — Antônio Mário Sette
Pró-reitor de Pós-Graduação — Bernardo Beiguelman
Pró-reitor de Pesquisa — Hélio Waldman
Pró-reitor de Extensão — José Carlos Valladão de Mattos
Pró-reitor de Desenvolvimento — Ubiratan D'Ambrósio

FOTOLITOS E IMPRESSAO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP
Rua da Mooca, 1921 — Fone 291 3344
Vendas, ramais: 257 e 325
Telex 011 34557 — DOSP
Caixa Postal 8231 — São Paulo
C.G.C. (M.F.) N.º 48.066.047/0001-84
GOVERNO DE SÃO PAULO

Este jornal é elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Correspondência e sugestões: Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081, Campinas, SP. Telefones: (0192) 39-3134/39-3148. Telex (019) 1150.
Editor: Eustáquio Gomes (Mtb 10.734)
Redatores: Amarildo Carnicel (Mtb 15.519), Antônio Roberto Fava (Mtb 11.713), Graça Caldas (Mtb 12.918), Paulo César do Nascimento (Mtb 14.812) Roberto Costa (Mtb 13.751) e Célia Piglione (Mtb 13.837).
Fotografia: Antoninho Perri (Mtb 828)
Ilustração: Oséas de Magalhães
Diagramação: Amarildo Carnicel e Roberto Costa
Paste Up e Arte Final: Oséas de Magalhães e Clara Eli Salinas
Serviços Técnicos: Sônia Regina T.T. Pais e Clara Eli Salinas

Brasília mostra que ainda há escolas públicas de muito bom nível.

Pelo segundo ano consecutivo o 1.° colocado no vestibular da Unicamp vem de uma escola pública. No ano passado, a honra coube a um aluno de uma escola técnica de Campinas. Desta vez o campeão vem de Taguatinga, cidade satélite de Brasília: Laerte Ferreira Morgado, 18 anos, até há pouco tempo aluno do Centro Educacional Setor Oeste (Ceso), uma escola pública criada há três anos por um grupo de professores de matemática.

Laerte pertenceu à primeira turma da escola e, segundo ele, "o nível é tão bom que muitas vezes supera mesmo os melhores colégios particulares de Brasília". Ele não fez cursinho preparatório para prestar o vestibular. E não foi só na Unicamp que entrou; também na UnB, onde prestou para Engenharia Elétrica e entrou, mas acabou optando pela Unicamp, "pelo nome que desfruta".

Para o prof. Jocimar Archangelo, da Comissão de Vestibulares da Unicamp, o acesso à Universidade de estudantes do talento de Laerte, vindos de escolas não particulares, "significa que há, no país, escolas públicas de muito bom nível, com ótimas condições de preparar seus alunos de modo adequado e eficiente para vestibulares como o nosso, escolas que se preocupam com o aluno, fazendo-o desenvolver significativamente seu potencial, seja qual for sua área".

Ainda segundo o professor, o acesso à Unicamp desses "grandes talentos, vindos até mesmo de outros Estados, credita-se ao processo de descentralização do vestibular, implantado pela Universidade a partir deste seu terceiro concurso a nível nacional".

O bom na matéria

Do alto de seu 1,80m de altura, Laerte bem que poderia ser um bom jogador de vôlei ou basquete. Mas preferiu o cálculo e, como esporte, o judô, modalidade que praticou durante aproximadamente três anos e que teve de interromper "pelo menos por algum tempo". O seu forte sempre foi mesmo lidar com números, com a matemática. Mas não é daqueles que só estudam por ocasião das provas, simplesmente para tirar nota. Para Laerte, leitor de Machado de Assis e Mário de Andrade entre os autores nacionais e James Clavell entre o estrangeiros, a coisa é bem diferente.

Laerte, primeiro colocado no vestibular da Unicamp: leitor de Machado de Assis.

Vestibular

Escola pública dá outra vez o primeiro colocado

"Sempre tirei boas notas em matemática, porque é uma matéria de que gosto muito. Um dia tirei uma nota vermelha, que me deixou aborrecido. Daí passei a me dedicar mais à matéria, estudando mais e trocando idéias com professores do Ceso. E não parei mais." Depois daquela fatídica nota vermelha Laerte aprimorou tanto os seus estudos de matemática que chegou a participar de algumas Olimpíadas de Matemática, em Brasília. No ano passado, por exemplo, Laerte conquistou o 2.° lugar, a nível nacional.

Questão de talento? Pode ser, mas para ele "talento é algo discutível. O mais importante é o interesse e a dedicação com que se estuda. Não importa a matéria", diz.

De revista a Machado

Apesar de ser um jovem de talento apurado para a matemática, Laerte não raro se sai muito bem quando tem de redigir um texto, apesar de admitir que não tem o hábito de escrever com freqüência. Na prova de redação da Unicamp ele atingiu uma boa pontuação. O tema que escolheu, "Futebol e vida social", não lhe apresentou problemas. "Fiz o que pude, puxei coisas do fundo da memória, ligando um fato a outro", diz ele. O que o tem ajudado, e muito, são evidentemente as leituras diárias, que vão desde revistas e jornais até romances, tendo em Machado de Assis o seu autor preferido, de quem já leu quase tudo. "Gosto muito dele (Machado) pelo estilo, sua naturalidade, seus constantes questionamentos, o tom irônico e satírico que imprime a seus textos. Escreve como se falasse com o leitor", observa.

Por residir em Brasília, Laerte vive no centro das grandes decisões governamentais. Por isso, além da cidade não oferecer muitas opções de lazer e ter um custo de vida altíssimo, "vive-se em constante tensão e, o que é pior, a gente aqui muitas vezes fica sem saber o que de fato está acontecendo".

A respeito da atual situação política e social que o país atravessa, ele diz que "há uma total dependência em relação ao exterior, provocada pelo problema da dívida externa, que afeta consideravelmente o desenvolvimento cultural e econômico do país. É claro que pouco se pode fazer. Além disso, as pessoas têm uma tendência ao imobilismo, ao acomodamento, pois sempre pensam que tudo que é projetado pelo governo não vai dar certo, que não vai de encontro às aspirações do povo. É preciso que também o povo participe e discuta as decisões tomadas pelo governo. Talvez assim se consiga mudar alguma coisa". **(A.R.F.)**

'Pública, porém decente', é o que diz o jornal

Alheio à crise geral do ensino, o Ceso de Brasília resolveu fazer sua própria revolução.

Mesmo convivendo lado a lado com a crise que assola o estudo da rede de ensino oficial, o Centro Educacional do Setor Oeste (Ceso), de segundo grau, já deu mostras o suficiente de que é possível competir com colégios particulares. Para se ter uma idéia de sua eficácia, basta dizer que 55% de um grupo de 127 alunos conseguiu ser aprovado em vestibulares de diversas universidades, inclusive a Unicamp, a escolhida por Laerte.

"Por ser a primeira turma, os índices atenderam às nossas expectativas", avalia o prof. Mário Coutinho, diretor da escola desde 1985. Para ele, os resultados provam que é viável querer que a escola pública aprove seus alunos nos vestibulares, competindo com cursinhos e colégios particulares. Tal sucesso teve repercussão imediata. Este ano, com o início das aulas, houve tantos pedidos de matrícula que a escola teve de colocar cartazes avisando que não havia mais vagas.

Apesar do sucesso, a história do Ceso é recente. Antes de 86, era uma escola comum, onde funcionava o Centro de Aperfeiçoamento de Professores de Português e de Matemática. No início daquele ano, angustiados de só ver entrar nas universidades alunos de escolas e colégios particulares, um grupo de professores da rede oficial decidiu reestruturar os métodos de ensino da escola. Os professores foram até o então secretário de Educação, Fábio Bruno, com o esboço de um projeto, para que criasse uma escola de 2.° grau que não fosse profissionalizante. Foi criado então o Centro Educacional Setor Oeste (Ceso), mas com as mesmas dificuldades de trabalho enfrentadas anteriormente, ou seja, dificuldade material e financeira, falta de material didático e até mesmo de laboratório.

A reestruturação da escola, no entanto, não se restringiu especificamente ao aspecto material, mas deu-se principalmente sob o ângulo didático-pedagógico. A escola, com 800 m2 de construção, possui 12 salas com 38 alunos cada, num total de 870 nos dois períodos — matutino e vespertino.

Metodologia eficaz

Após três anos, o prof. Coutinho atribui à experiência e dedicação dos professores no ensino de 2.° grau e na preparação aos vestibulares o êxito do projeto. O desafio motivou a todos e foi absolutamente normal a adoção de uma carga horária de aulas maior do que em outros colégios da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF).

"Ao lado disso", conta o professor Coutinho, "estão a dedicação e a vontade de se fazer um bom trabalho, com metodologia aplicada de maneira adequada e eficaz, tudo aliado às experiências do corpo docente." Por outro lado, ainda segundo observações de Coutinho, é preciso acabar com o fantasma de que escolas do governo são inviáveis, que não ensinam adequadamente.

"É necessário resgatar a escola pública, torná-la viável, com boa qualidade de ensino. Mas para isso é preciso que os professores se sintam motivados para ensinar bem. Há colegas altamente qualificados na rede oficial, mas sem um objetivo definido, desmotivados e que acabam se conformando", explica Coutinho.

Apesar de a escola manter a mesma estrutura de antes, seu corpo docente quer fazê-la crescer ainda mais em termos de qualidade de ensino. "Não há distinção de tratamento entre a nossa escola e as demais da rede", garante Coutinho. "Recebemos o mesmo tratamento de qualquer outra escola. Nosso material didático é igual ao das demais. Salas de aula, quadro-negro, giz, livros comprados pelos alunos e apostilas complementares impressas em máquina xerox, cujo papel é fornecido pela FEDF. Mas o aluguel, mensal, é pago pela Associação de Pais."

Durante cerca de dois anos o Ceso não recebeu material esportivo. Bolas de vôlei, basquete e futebol de salão e duas redes de vôlei foram compradas pela Associação de Pais e Mestres. No laboratório de Química falta vidraria e o laboratório de Física não tem qualquer equipamento. "Apesar dessa situação, alunos e professores pretendem manter o padrão da escola", acentua Mário Coutinho. **(A.R.F.)**

Pública, porém decente

Escola do governo consegue aprovar 44% no vestibular

Verner Ulhman

BRASÍLIA — Indiferente à crise enfrentada pela rede de ensino oficial, uma escola pública mostra que é possível competir com os colégios particulares apesar das inúmeras dificuldades. Na última temporada de vestibulares, o Centro Educacional do Setor Oeste (Ceso), de 2° grau, conseguiu a façanha de obter um índice de 44% de aprovação na sua primeira turma. De um total de 120 estudantes, 53 passaram no teste, 28 deles para universidades públicas.

O sucesso teve conseqüências imediatas. No começo das aulas, houve tantos pedidos de matrícula que foi necessário colocar cartazes avisando que não havia mais vagas. Se o Ceso fosse uma escola particular, talvez sua atuação não merecesse sequer um registro. Mas, como escola pública, ele convive com a crise da rede de ensino oficial do Distrito Federal.

Estímulo — Para a maioria dos pais e alunos de classe média baixa de cidades-satélites como Taguatinga e Guará, as quais o Ceso atende preferencialmente, a escola é uma ilha de sucesso rodeada pelas sucatas das escolas públicas pertencentes à Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF). No entanto, o Ceso não recebe qualquer tratamento especial que explique a qualidade do ensino que presta à população.

"Para primeira turma, os índices atenderam às nossas expectativas", avalia o professor Mário Coutinho, que dirige a escola desde 1985. No ano passado, dos 30 alunos que cursaram apenas as 2ª e 3ª séries, 40% obtiveram aprovação em vestibulares. Para os 32 professores do Ceso, os resultados provam que é viável querer que a escola pública aprove seus alunos nos vestibulares, competindo com cursinhos e colégios particulares.

O sucesso da escola é explicado pelo grupo de 12 professores, que dá aulas nas redes de ensino público e privado. Eles se angustiavam em ver apenas os estudantes dos colégios particulares passarem nos vestibulares. No final de 1985, encontraram-se com o então secretário de Educação, Fábio Bruno, e lançaram o desafio de aprovar adolescentes com menor poder aquisitivo.

Sucesso — Depois de três anos, Coutinho atribui à experiência dos professores no ensino de 2° grau e na preparação aos vestibulares a opção profissional do projeto. O desafio motivou a todos e foi absolutamente normal a adoção de uma carga horária de aulas maior do que em outros colégios do FEDF. "Você encontra colegas altamente qualificados na rede oficial, mas sem um objetivo definido, desmotivado e que acaba se conformando", explica Coutinho. Para ele, a desmotivação maior é causada pelos baixos salários. Os professores da FEDF ganham praticamente a metade de seus colegas da rede particular.

No meio do caminho da primeira turma do Ceso ao vestibular houve alguns bons resultados. Delano Valdevino dos Santos Batista e Laerte Ferreira foram, respectivamente, 1° e 2° colocados na Olimpíada de Matemática de Brasília de 88. Delano, inclusive, conseguiu o 4° lugar nacional e já a partir deste semestre começa a cursar Física na Universidade de Brasília (UnB). Laerte estuda Ciências da Computação na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Para a estudante Patrícia Carvalho Saraiva, da 3ª série, a classificação entre as 50 melhores crônicas do concurso nacional da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul foi o estímulo que faltava para tentar o curso de jornalismo ano que vem.

Pais ajudam — A escola, entretanto, ainda não é totalmente compreendida, inclusive pela FEDF. Até mesmo a atual secretária de Educação, Josephina Baiocchi, acreditava que os professores do Ceso tinham algum tipo de regalia. O professor Coutinho reage e explica: "Nosso material didático é igual ao dos outros. Salas de aula, quadro negro, giz, livros comprados pelos alunos e apostilas complementares impressas numa máquina xerox, cujo papel é fornecido pela FEDF. Mas o aluguel mensal de NCz$ 215 é pago pela Associação de Pais e Mestres."

Durante dois anos, o Ceso não recebeu material esportivo. Bolas de vôlei, basquete e futebol de salão e duas redes de vôlei foram compradas pela Associação de Pais e Mestres. No laboratório de química faltam vidraria e reagentes. Só há um microscópio no colégio e o laboratório de Física não tem qualquer equipamento. "Apesar dessa situação, alunos e professores pretendem manter o padrão da escola", garantiu o diretor Mário Coutinho.

A notícia do "Jornal do Brasil": reconhecimento justo.

Relatório mostra realidade da Pós

Enquanto isso, maioria dos cursos recebe avaliação positiva da Capes.

As características inovadoras dos cursos de pós-graduação da Unicamp ficaram ainda mais evidentes no ano de 1988, com a reformulação geral de seu regimento. A principal alteração foi o término da exigência de um número fixo de créditos para a obtenção dos títulos de mestre e doutor, o que possibilita a individualização dos programas para cada pós-graduando, tornando o número de disciplinas e de créditos específicos para cada um deles.

Com o novo sistema, que começa a ser implantado na Universidade, o pró-reitor de Pós-Graduação, prof. Bernardo Beiguelman acredita que poderá contribuir para reduzir o tempo na elaboração das teses, colocando o pesquisador mais cedo no mercado de trabalho. A Unicamp conta hoje com cerca de 5.000 alunos matriculados em 117 cursos de pós-graduação (70 de mestrado e 47 de doutorado).

Avaliação positiva

À exceção de uns poucos cursos, a Unicamp vem recebendo uma avaliação positiva da Capes. De acordo com o relatório de atividades da pós-graduação referente ao ano de 1988, os conceitos emitidos pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Ensino Superior, órgão do Ministério da Educação, foram os seguintes:

Dos 70 cursos de mestrado, 51% já receberam avaliação da Capes e, dentre esses, 88% foram distinguidos com os melhores conceitos (71% com conceito A e 17% com conceito B). Apenas os cursos de pós-graduação da Faculdade de Ciências Médicas e o de Imunologia do Instituto de Biologia obtiveram conceito C.

A nível de doutorado, dos 47 cursos ministrados, 34 foram avaliados. Desses, 82% obtiveram os melhores conceitos (73% com conceito A e 9% com conceito B). Também a nível de doutorado, os menores conceitos ficaram com os cursos da Faculdade de Ciências Médicas e o curso de Imunologia do Instituto de Biologia (15% de conceito C e 3% de conceito E).

Mais alunos e apoio financeiro

A credibilidade que os cursos de pós-graduação da Unicamp têm em nível nacional pode ser medida pelo contínuo aumento de alunos matriculados e pela indiscutível ampliação de apoio financeiro à instituição. Em 1988, matricularam-se 5.233 estudantes de pós-graduação, sendo 4.081 regulares e 1.152 especiais, registrando-se, portanto, um aumento de 11,5% de alunos regulares em relação ao ano anterior e de 6,9% de alunos especiais.

Esta elevação ocorreu basicamente nos cursos das áreas de Ciências Exatas (15,2%) e Biológicas (13,1%). Na área de Ciências Humanas praticamente foi mantido o índice do ano anterior. A Unicamp mantém ainda uma das mais altas proporções de estudantes de pós-graduação entre as universidades brasileiras (5 estudantes de pós para 6 de graduação).

O apoio financeiro que os cursos de pós-graduação da Unicamp receberam no ano de 1988 foi significativamente maior que no ano de 1987. Tomando como base os convênios com a Capes administrados pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, houve um implemento de 941%.

O indicador mais seguro desse apoio foi o aumento do número de bolsas de mestrado e doutorado registrado pelo relatório da Pós. As 522 bolsas concedidas pela Capes no ano de 1987 passaram para 732 em 1988, um incremento de 40%. As áreas de Ciências Exatas foram as mais beneficiadas. Elas tiveram um aumento de 67% em detrimento da área de Humanas, que teve apenas 21%.

No âmbito do CNPq foi também significativo o aumento do número de bolsas de pós-graduação, embora esse órgão tenha privilegiado os cursos de doutorado (implemento de 40%) contra os de mestrado (de 4,1%). A nível da Fapesp, no entanto, registrou-se uma queda no número de bolsas concedidas à Unicamp. De 214 bolsas obtidas no ano de 1987, caiu esse número para 191 no ano de 1988. Um dado interessante é que as bolsas de mestrado da Fapesp "foram preferencialmente conquistadas pelos estudantes de Ciências Humanas (45,6%). Já as de doutorado pelos de Ciências Exatas (88,6%), sendo que, desses, 59,1% das bolsas foram para a área de Física.

As teses: os jovens são minoria

Embora de uma maneira geral o relatório da pós-graduação no ano de 1988 aponte para a manutenção do prestígio da Universidade neste campo, alguns problemas detectados preocupam o pró-reitor Bernardo Beiguelman. Seus temores estão voltados para a grande proporção de estudantes matriculados há quatro anos ou mais nos programas de pós-graduação e que permanecem sem um tema de investigação para sua tese. Daí ao longo tempo até a defesa, que chega, às vezes, a 14 anos, verifica-se que sua preocupação não é infundada.

Em 1988, o número de teses defendidas na Unicamp cresceu em 14,1% em relação ao ano anterior, tanto no mestrado quanto no doutorado. Apesar disso, ainda é grande o número de alunos matriculados sem tese.

O relatório indica ainda que além da demora na escolha do tema de tese ou no início do seu trabalho, o caminho percorrido até sua defesa também é longo. De acordo com o levantamento realizado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, "quase metade das teses de mestrado em Ciências Sociais (46,3%) foi defendida após sete ou mais anos de permanência nos cursos, enquanto que, para conquistar o título de doutor, 35,7% dos estudantes da mesma área consumiram cinco ou mais anos nesses cursos".

Ainda de acordo com o mesmo relatório, nas Ciências Biológicas, "entre os que conquistaram o título de mestre, a metade gastou cinco ou mais anos, e pouco mais da metade (54,8%) dos doutores alcançou esse título em 1988 após seis ou mais anos. Nos cursos de Ciências Exatas, a maioria dos estudantes consumiu menos tempo para alcançar o título de mestre, pois 65% o fizeram com menos de cinco anos de permanência nos cursos de mestrado. Já o doutorado foi obtido mais penosamente, pois, quase 40% o alcançaram após seis ou mais anos de permanência nesses cursos".

Um dado curioso que o relatório levanta é que os jovens são minoria entre pós-graduandos na Unicamp. Segundo os dados obtidos, a idade média dos ingressantes nos cursos de mestrado é de 28,4 anos, subindo para 33,8 anos para os cursos de doutorado. Conseqüentemente, a idade média dos que defendem tese também é alta. O título de mestre é conquistado com uma idade média de 32,5 anos, e o de doutor, com 38,6 anos. **(G.C.)**

Avaliação CAPES dos cursos de pós-graduação da Unicamp

UNIDADE	CURSO (88)	AVALIAÇÃO	
		M	D
IMECC	Matemática	A	B
	Estatística	A	—
	Ciência da Computação	B	—
	Matemática Aplicada		
	• Área de Análise Aplicada	A	—
	• Área de Otimização e Pesquisa Operacional	A	—
IFGW	Física	A	A
IQ	Química		
	• Área de Química Inorgânica	A	A
	• Área de Química Analítica	A	A
	• Área de Físico-Química	A	A
	• Área de Química Orgânica	A	A
FEA	Tecnologia de Alimentos	A	B
	• Área de Pescado	SC	—
	Engenharia de Alimentos	A	B
	Ciência de Alimentos	4	—
	• Área de Bioquímica	—	A
	• Área de Química	—	A
	• Área de Microbiologia	—	A
	* Ciência da Nutrição	SCR	SCR
FEL	* Engenharia Civil		
	• Área de Recursos Hídricos e Saneamento	SC	—
	• Área de Geotecnia	SC	—
FEC	Engenharia Mecânica	—	—
	• Área de Mecânica dos Sólidos	A	A
	• Área de Materiais e Processos	A	A
	• Área de Térmica e Fluidos	A	A
	* Engenharia Química	—	SC
	• Área de Desenvolvimento de Processos	B	—
	* Curso Interdisciplinar de Planejamento de Sistemas Energéticos	SC	—
	* Engenharia de Petróleo	SC	—
FEE	Engenharia Elétrica		
	• Área de Automação	A	A
	• Área de Eletrônica e Comunicações	A	A
FEAGRI	* Engenharia Agrícola		
	• Área de Maquinaria Agrícola	B	—
	• Área de Pré-Processamento de Produtos Agrícolas	B	—
IG	* Geociências		
	• Área de Administração e Política de Recursos Minerais	SCR	—
	• Área de Metalogênese	SCR	—
	• Área de Política Científica e Tecnológica	SCR	—
FOP	Odontologia		
	• Área de Biologia e Patologia Buco-Dental	B	SC
	• Área de Farmacologia	A	A
	* • Área de Ortodontia	SC	SC
	* • Área de Radiologia	B	—
	* • Área de Materiais Dentários	B	—
	* • Área de Fisiologia e Biofísica do Sistema Estomatognático	SC	—
FCM	Medicina		
	• Área de Cirurgia Geral	C	C
	• Área de Saúde Mental	C	C
	• Área de Medicina Interna	C	C
	• Área de Saúde Coletiva	C	C
	• Área de Tocoginecologia	C	C
	* Saúde Mental	SC	SC
	* Farmacologia	SC	—
	* Pediatria	SC	SC
	* Cirurgia	SC	SC
IB	Ciências Biológicas		
	*D• Área de Imunologia	C	E
	• Área de Ecologia	A	A
	* Área de Biologia Vegetal	A	A
	• Área de Genética	A	A
	• Área de Fisiologia	A	—
	• Área de Biologia Celular	B	—
	* • Área de Bioquímica	SC	—
	* • Área de Parasitologia	SC	SC
FEF	* Educação Física	SC	—

* — aguardando credenciamento do Conselho Federal de Educação.
Conceitos: A — recomendável; B — adequado; C — suficiente; D — aceitável; E — precário.
Legendas: M — mestrado; D — doutorado; SC — sem conceito.

Controle Acadêmico atualiza seus serviços

Unidades de ensino terão acesso ao banco de dados sobre atividades discentes.

O sistema de controle acadêmico da Unicamp está sendo aperfeiçoado e a curto prazo deverá permitir que as unidades de ensino e administrativas possam realizar a consulta descentralizada aos dados armazenados nos computadores da Universidade. Um novo projeto para agilizar essa operação está em fase de elaboração pela Diretoria Acadêmica (DAC), tendo como patrono o prof. Carlos Vogt, vice-reitor. Esse projeto permitirá o controle e a manutenção de um completo arquivo de informações referentes a atividades do corpo docente e discente, como programas de disciplinas, por exemplo, além de oferecer novos serviços a alunos e professores.

Criado em 1970, o sistema de controle acadêmico da Unicamp sempre foi informatizado, mas a consulta às informações armazenadas no VAX-785, um dos computadores de grande porte da Universidade, ainda só é possível à Diretoria Acadêmica. O novo sistema projetado quer acabar com essa exclusividade e permitir às coordenadorias dos 31 cursos oferecidos pela instituição e às unidades administrativas o acesso direto ao banco de dados — atualmente o interessado recorre à DAC, e esta então providencia a consulta —, descentralizando completamente a operação, explica Antonio Faggiani, coordenador da DAC e responsável pelo projeto em implantação.

De acordo com Faggiani, o novo sistema possibilitará aperfeiçoar os serviços já oferecidos pela DAC e implementar outros

Faggiani (dir.) e os terminais da Diretoria Acadêmica: descentralização de informações.

necessários à rotina da Universidade. As áreas de abrangência são: registro e controle do corpo discente (alunos e ex-alunos), reunindo dados pessoais e vida acadêmica; elaboração e controle de catálogos nos diversos níveis de atividade de ensino a partir de indicadores gerais e indicadores de cursos; registro e controle de dados históricos e atuais dos currículos plenos através dos indicadores de modalidade, limites máximos e mínimos de créditos, vagas etc.; registro e controle de dados de apoio de municípios e nacionalidades, de leis, decretos, portarias, resoluções e demais atos jurídicos no que se refere ao ensino nos níveis federal, estadual, municipal e institucional, bem como de dados históricos e atuais dos processos, registros e documentos do corpo discente e da administração acadêmica.

Vantagens

Uma das mais interessantes aplicações desses novos serviços é a que permitirá organizar os programas das disciplinas. O nome da disciplina, a bibliografia e o programa que a compõem serão armazenados historicamente e estarão disponíveis para qualquer consulta através de terminais ligados aos computadores centrais. Cada disciplina também será acompanhada do nome de um ou mais professores que a ministram, junto com a carga horária e o período letivo do interessado. Segundo o coordenador da DAC, consultas a informações dessa natureza representam o maior percentual de atendimento do órgão, e são efetuadas principalmente por alunos que se transferem para outras universidades ou que estão procurando empregos, e necessitam do histórico escolar. "A perspectiva é que ocorra uma agilização de 70% nesse trabalho com a consulta descentralizada", prevê Faggiani. Sistema semelhante também poderá contribuir para a elaboração de currículos dos professores: "Poderemos ter toda a carreira de um docente da Unicamp armazenada nos computadores", adianta o responsável pelo projeto, "com informações sobre ano de ingresso na instituição, trabalhos realizados, número de horas-aula dadas etc.".

O serviço de registro acadêmico da Unicamp guarda atualmente informações sobre histórico escolar, dados pessoais e endereços (constantemente atualizados pelo Exalcamp, o Escritório do Ex-aluno da Universidade) de 50 mil alunos, o que representa 150 "megabytes" (milhões de caracteres) de memória no banco de dados do VAX. A estimativa é que esse número cresça para 1.5 "gigabyte" (bilhão de caracteres) com a implantação do novo sistema. A consulta será efetuada em terminais que a Pró-Reitoria de Graduação irá instalar nas coordenadorias dos cursos, revela Faggiani. A equipe que está cuidando da implantação do sistema é formada ainda pelos analistas Everaldo Luis Silva, Maria Luiza Malvezzi e Yara Maria Pinto, do Centro de Computação da Universidade. **(P.C.N.)**

Pesquisa aumenta resistência do café

O segredo está em juntar a qualidade do café Arábica ao sabor do Robusta.

O Brasil produziu, no ano passado, 26 milhões de sacas de café. Essa produção, no entanto, poderia ser superior não fosse o fantasma do nematóide (fungo que destrói a raiz do café tornando a planta improdutiva) que ataca os cafezais, principalmente os das regiões paranaenses. Um problema que tem acarretado prejuízos de milhões de cruzados aos cafeicultores.

Visando reverter esse quadro, o Departamento de Pré-Processamento de Produtos Agrocepuários da Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (Feagri), está pesquisando novos processos de preparo de sementes. Trata-se de um trabalho conjunto entre a Feagri e o Instituto Agronômico de Campinas (IAC), que em apenas dez meses de pesquisas já começa a dar bons resultados.

O objetivo da pesquisa é, basicamente, "buscar uma forma de tornar as sementes mais resistentes ao nematóide, tendo como fonte de material o café Robusta", segundo o prof. José Luiz Vasconcelos, do Departamento de Pré-Processamento de Produtos Agropecuários da Feagri.

Enxerto

No Brasil há duas espécies de café cultiváveis: o café Arábica, que representa 90% das culturas existentes no País e o café Robusta, cultivado preferencialmente em regiões mais quentes como Bahia, Mato Grosso e região da Amazônia. Ambos apresentam alguns pontos positivos e outros negativos. Enquanto o café Arábica ganha em termos de qualidade, de sabor perde para o café Robusta — de qualidade inferior — em termos de resistência à ferrugem.

É exatamente com relação a esses aspectos que entram as pesquisas da Feagri/IAC. O processo básico é a enxertia das duas plantas. A parte da raiz é enxertada com sementes da espécie Robusta e a parte aérea (ramos e folhas com sementes do café Arábica). Com isso, segundo o prof. Vasconcelos, "consegue-se obter maior resistência do Robusta combinada com a qualidade de bebida fina do café brasileiro, no caso o Arábica, tipo exportação".

Mas surge um problema: como conseguir sementes do café Robusta para futuras plantações, sementes que seriam comercializadas pelos produtores e Secretaria da Agricultura de São Paulo? É aí que entra a segunda fase do projeto dessas pesquisas: o processo de secagem das sementes e germinação da planta, através do qual se pode avaliar a qualidade da planta, se é saudável ou se apresenta defeitos. Para realizar esses testes, a Feagri recebeu do IAC 150 quilos de sementes de café.

O processo de secagem das sementes é realizado à sombra, ao sol e a quente (artificial). Através do processo de ar quente artificial é que são estudadas três temperaturas diferentes para secagem dos grãos, isto é, temperaturas a 35°, 40° e 45°. De cada tratamento são colhidas amostras e determinada a germinação da semente. O restante da amostra original — 150 quilos de semente — foi dividido em lotes e armazenados em sacos plásticos dos quais foram retiradas as amostras para o teste de germinação durante um período de 30 dias para o café Arábica e 60 para o Robusta. De cada uma dessas amostras separa-se 400 grãos de 10 lotes, cuja finalidade "é estudar o processo germinativo, a reação referente a cada um desses processos e detectar, efetivamente, o melhor processo de preparo da semente", explica a profa. Doris Groth, do Laboratório de Análises de Sementes do Departamento de Pré-Processamento. Há, entre outros, o "teste do Vigor", destinado a provocar um **stress** na semente para se verificar até que ponto uma semente é saudável ou não, e para sondar o surgimento de plântula normal.

José Luiz: "Tornar as sementes mais resistentes ao nematóide".

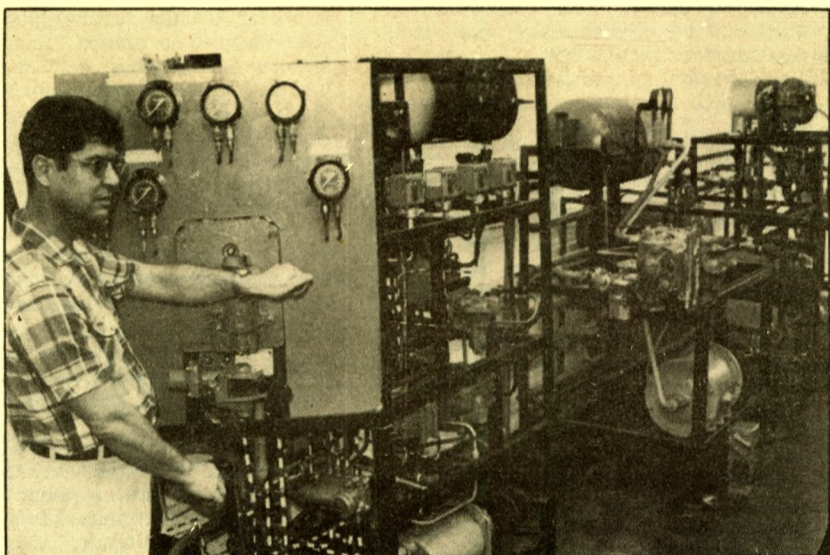
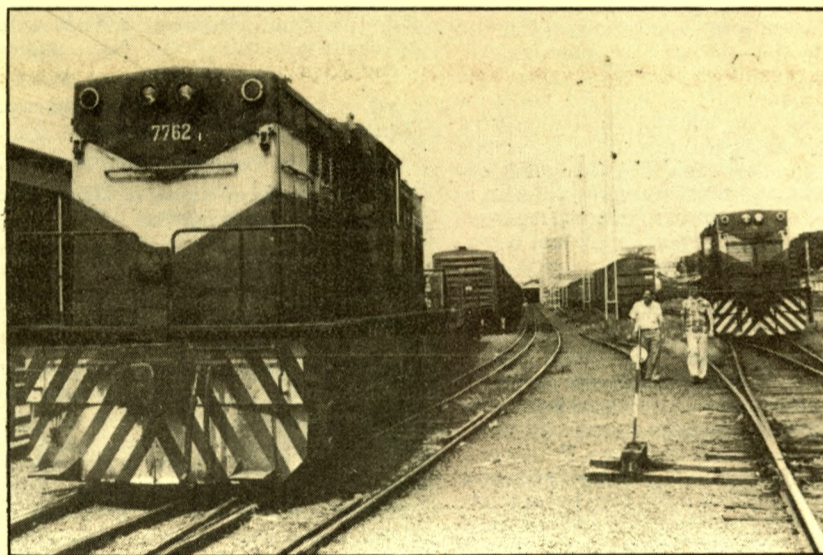
Dóris: causando stress em sementes para testar sua saúde.

Há ainda o teste de Tetrazolium, que consiste, segundo Doris, em tratar a semente com uma substância derivada do sal do Tetrazolim, que tem a finalidade de colorir, com um tom avermelhado, partes vivas da semente. Isso busca definir se a semente vai produzir uma plântula normal ou defeituosa — sendo defeituosa, acaba morrendo antes mesmo de produzir fruto.

Benefícios

Com informações obtidas com essa bateria de testes, é possível a Feagri fornecer subsídios à Secretaria da Agricultura para que esta, por sua vez, repasse aos agricultores informações sobre técnicas mais adequadas e apuradas. "Isso representa, por outro lado, uma economia bastante considerável", observa o prof. Vasconcelos, salientando que "uma semente de boa qualidade, bem preparada, trará um benefício muito grande não só aos produtores do Estado do Paraná, mas também aos de outras regiões do país sujeitas ao nematóide".

O professor explica que os problemas dos çafeicultores vêm aumentando ano a ano em virtude do preço baixo do produto. E tem mais: os produtores não têm tratado a lavoura de maneira conveniente, como a utilização de adubos e controle de pragas e moléstias e cuidados que devem ter com fenômenos climáticos, como a seca por exemplo.

Essas pesquisas da Unicamp vão posssibilitar o fornecimento de informações úteis ao produtor para a formação de um cafezal constituído de plantas enxertadas, "reduzindo gastos desnecessários que serão fatalmente revertidos em benefício próprio", diz Vasconcelos. **(A.R.F.)**

Fausto e o laboratório de freios: testes e pesquisa.

Nos 30 mil km de estrada de ferro do país, circulam anualmente 70 mil composições.

Engenharia ferroviária ganha novo estímulo

Empresas do ramo ferroviário vão financiar a instalação de um banco dinamométrico na Unicamp.

Um novo campo está surgindo na área da engenharia, fazendo com que o sistema de transporte ferroviário deixe de ser um setor carente de especialização no Brasil: a engenharia ferroviária. A partir de um convênio assinado no final do ano passado entre a Unicamp e a Fepasa (Ferrovia Paulista S/A) e a RFFSA (Rede Ferroviária Federal S/A), cada empresa subsidiará 17.795 OTNs para a instalação, no campus, de um "Banco Dinamométrico para Ensaios e Pesquisas sobre Freios Ferroviários". É através dele, segundo o coordenador do Departamento Ferroviário da Faculdade de Engenharia de Campinas (FEC) da Unicamp, Fausto Rodrigues Filho, que serão desenvolvidas pesquisas com freios, sapatas de freios, aulas para os alunos de graduação e pós-graduação da FEC e ainda será dado treinamento para engenheiros e técnicos de ferrovias.

Os primeiros passos em direção à especialização de ferrovias foram dados na década de 70, através de convênios entre a Fepasa e a Universidade para a realização de cursos aos engenheiros e supervisores da empresa. A partir desse trabalho, a Engenharia Mecânica da FEC detectou a necessidade de aperfeiçoar os técnicos sobre um importante item de segurança para as composições: os freios. O prof. Fausto explica que "o freio ferroviário é bastante complexo e seu sistema deve controlar a velocidade da locomotiva e seus vagões sem o menor risco. Além disso, o freio é fundamental em se tratando de projetar trens mais rápidos para o futuro".

Essa preocupação está intimamente ligada ao que representa esse tipo de transporte no Brasil. Nos quase 30 mil quilômetros de trilhos das cinco maiores empresas do ramo no País, 2.300 locomotivas trafegam anualmente com cerca de 70 mil composições de carga e aproximadamente três mil composições de passageiros. Além, é claro, do sistema metroviário do País, que possui pouco mais de 50 quilômetros de rede em operação, transportando em seus mais de 600 carros uma média de 650 milhões de pessoas por ano.

O Banco Dinamométrico

Espinha dorsal do convênio entre as empresas e a Universidade, o Banco Dinamométrico deverá estar montado no final de 1990, no prédio da FEC ainda em construção. O Banco Dinamométrico terá um laboratório ferroviário com área de 250m2. No local, de acordo com o prof. Fausto, será estudado o processo de frenagem (capacidade do freio), simulações desse processo em condições conhecidas e controladas nas mesmas situações observadas nas ferrovias e, ainda, serão estabelecidas normas e critérios para a especificação de sapatas de freios (elemento de atrito contra a roda).

"A maior incógnita para os profissionais das ferrovias são as sapatas dos trens de carga e subúrbio. No laboratório, então, avaliaremos quais as propriedades que a sapata deve ter em cada tipo de operação do trem, os problemas de aquecimento de rodas que podem levar o trem à imobilização ou causar acidentes, além das condições que devem ser obedecidas para o controle da composição durante a frenagem, principalmente na descida de rampas fortes e prolongadas", detalha o professor.

Enquanto o Banco Dinamométrico não fica concluído, os pesquisadores da Unicamp vêm desenvolvendo os ensaios nos simuladores e laboratórios das duas empresas ferroviárias e também no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), em São Paulo. Pela Fepasa, por exemplo, são feitas viagens experimentais para a verificação do sistema de freios, "o que serve de subsídio para os nossos estudos. Inclusive já apresentamos uma modificação de freio para aumentar a segurança da locomotiva de minério que desce de Poços de Caldas. Depois de testá-la, a Fepasa começa a implantar a modificação", conta o engenheiro da Unicamp.

Ele acredita que, futuramente, como fruto das pesquisas a serem desenvolvidas no Banco Dinamométrico, é possível que as sapatas sejam fabricadas no País. Todo esse trabalho, além de beneficiar o transporte pela malha ferroviária, servirá para o transporte metroviário. Outro aspecto que ele destaca como de fundamental importância é o ensino na FEC, pois os engenheiros que atuam nas empresas do setor possuem os conhecimentos referentes às ferrovias adquiridos na prática do dia-a-dia. O prof. Fausto garante que "na FEC temos os docentes e a competência acadêmica para formar o pessoal mais específico para as ferrovias". Para isso foram criadas quatro disciplinas: engenharia mecânica ferroviária; vias permanentes, pátios e terminais; operação ferroviária; e frenagem ferroviária.

A importância desse projeto já desperta a atenção de grandes empresas ligadas ao setor. Fausto conta que estão colaborando a Suecobras (SAB/NIF), fornecedora de equipamentos de freio ferroviário, que já doou um bloco de freios, e a General Eletric (GE), fabricante de locomotivas, que além de ter doado material necessário às pesquisas, fará a usinagem dos volantes de inércia para o Banco Dinamométrico. A colaboração da GE está avaliada em NCz$ 7 a 10 mil. **(C.P.)**

Entrevista: Oliveiros Ferreira

No palco, atores cansados da cena

O Brasil vive um novo momento histórico. Decorridos quatro anos do fim do regime militar e 25 de seu começo, 50 milhões de brasileiros que nunca votaram para presidente da República e outros 30 milhões que já o fizeram num passado remoto voltam às urnas em 15 de novembro próximo. A falta de costume é tanta que há quem ainda não acredite: as eleições vão acontecer mesmo? Desconfianças à parte, o fato é que os próximos tempos serão fundamentais para a institucionalização do país e a reconquista do direito da cidadania.

O assunto, que neste ano deixa o foro político e acadêmico para ganhar as ruas, foi o eixo das discussões do último segmento do seminário "Brasil Século 21", realizado na Unicamp na primeira semana de abril. Para coordenar um dos temas mais complexos e polêmicos do debate — "Regime Político e Governabilidade" — foi escolhido o jornalista Oliveiros Ferreira, 60 anos, diretor de "O Estado de S. Paulo" e professor de Teoria Política no Departamento de Política da USP.

Oliveiros: "A grande crise futura é a de um presidente sem maioria no Congresso".

Jornal da Unicamp — São tão raros no Brasil os momentos em que não se falou de crise que aos poucos se perde a própria noção da palavra crise. Basta consultar os jornais de qualquer década pós-República e a crise está lá, com todos os seus ingredientes: o político, o econômico e o social. Para o acadêmico e o jornalista experimentado, a que profundidade lhe parece estar a crise brasileira?

Oliveiros Ferreira — Eu diria que mais profunda que todas as crises anteriores, porque os atores estão mais cansados da cena. Veja bem, as crises a que você se referiu se deram entre atores que pertenciam, por assim dizer, à mesma companhia. Eram os atores das chamadas oligarquias. No entanto, no instante em que um ator que não era da mesma companhia começou a entrar em cena, a crise se tornou séria, como foi em 30 com a presença militar. E de 30 para cá, você tem a fixação dos militares como um elemento interveniente na cena. Veja bem, eles tentaram realizar o seu projeto de 64 a 85 e, de certa forma, conseguiram êxito do ponto de vista estritamente material. Afinal, a economia se classificou como uma grande economia mundial. Do ponto de vista político, no entanto, não tiveram êxito algum. Mas é a partir dos anos 50 que eu diria que há, se não uma nova companhia que não aceita muito bem as regras do jogo, às vezes alguns elementos que recusam a participar da antiga companhia. Então, o jogo às vezes é possível de ser feito, outras vezes não. Eu não diria que as massas se voltaram contra o Getulismo de 30. Não: as massas se levantaram quando passaram a mostrar que o Brasil tinha ficado urbano. O Brasil ficou urbano na década de 50. E o fenômeno da política de massas é um fenômeno típico de Juscelino.

A dificuldade toda está em você conciliar esse ator privilegiado que detém os instrumentos de força com essa nova companhia que se chama as massas. Ora, as massas não se cansaram, não perderam o seu papel, o seu script, porque elas não têm ainda um script. Por sua vez, as oligarquias não têm mais projeto, não têm mais programa. Não sei sequer se elas existem como grupo organizado, porque não têm a mesma articulação, os mesmos interesses que tinham na República Velha. Então você tem uma crise que é maior porque mudou a quantidade. Sem querer repetir o velho Marx, a mudança de quantidade altera a qualidade do processo. Você tem um país de 150 milhões de habitantes, a maioria concentrada nas regiões metropolitanas. Isso é uma pressão demográfica que se transforma em pressão social. A economia dos anos 80 perdeu a capacidade de investir na década de 80. Então, nesse ponto, a crise é mais forte que a de 30. O Estado, tendo perdido a capacidade de investir — veja bem, quando eu digo capacidade de investir, eu quero dizer que o Estado não encontra mais maneira de se apropriar de parte do excedente produzido pela sociedade e canalizar esse excedente para investimentos —, canaliza esse excedente para o custeio da máquina e, de certa forma, para abastecer o Tesouro com os débitos que foram contraídos no Exterior. Então, esse Estado deixou de ser ator.

JU — Basta a gente pegar a canção da Copa de 70 ("Noventa milhões em ação...") para ver que nos últimos 19 anos crescemos 60 milhões. Isto é bem duas Argentinas ou 20 Uruguais. Como é possível a um país com esse pique demográfico crescer, gerar empregos o bastante e se tornar uma nação funcional? Você acha que é possível?

Oliveiros — Não, não tem condições. Agora você pergunta: o Estado deve intervir? o Estado pode intervir de duas maneiras: ou faz um planejamento demográfico violento, como se fez na Índia ou como se faz na China, que está chegando hoje a 1 bilhão e 100 milhões de habitantes, apesar de toda a cautela; ou a sociedade toma consciência do fenômeno, sentido na boca do estômago, e poupa para criar os empregos. Não tem solução mágica. E se a sociedade é contra o controle demográfico, por atentar contra seus padrões morais, a sociedade tem de economizar 20 bilhões de dólares por ano para manter a situação tal como está.

JU — Contudo, apesar do Estado ter saído de cena, como o sr. diz, parece que as instituições se fortaleceram com o tempo. Basta lembrar que há 25 anos uma inflação anual de 90% era pretexto suficiente para propor-se a derrubada do governo.

Oliveiros — Eu diria que a sociedade, naquela época, ainda tinha forças. Achava que 90% já inviabilizavam a economia e que precisavam derrubar o governo. Hoje não. Tem uma inflação de 1.000% e diz: "Não, pra mim tudo bem." Nós perdemos a consciência dos problemas.

JU — Não há aí uma contradição com a idéia de que as massas emergiram?

Oliveiros — Por que contradição?

JU — Porque as massas de algum modo se organizaram de lá para cá.

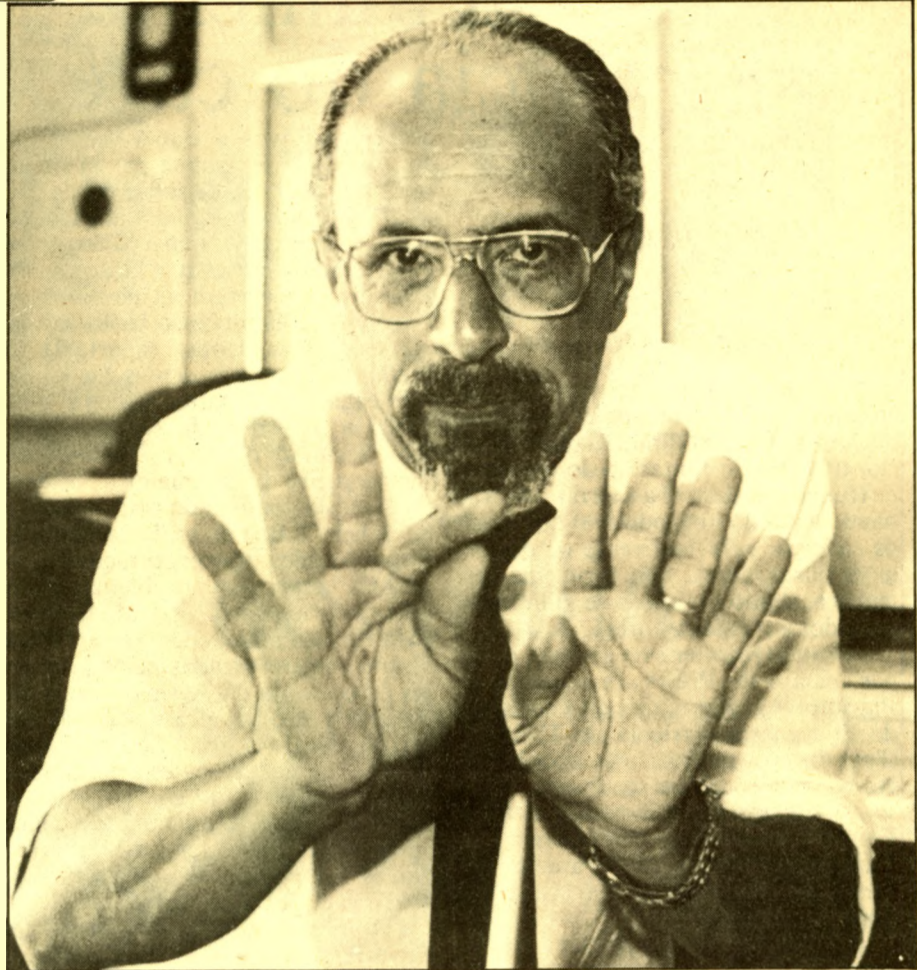
Oliveiros — As massas se organizaram e as instituições de certa forma não correspondem ao desejo de alguns partidos ditos representantes das massas. Eu não diria porém que as instituições se fortaleceram. Pelo contrário. Diria que o executivo se fortaleceu. Vivemos hoje uma ditadura muito maior do que no período militar. Isto porque no período militar a ditadura era franca. Você sabia que, conforme as coisas que fizesse, não lhe abririam as portas. Hoje o executivo governa com um decreto-lei que chama de medida provisória e todos nós batemos palmas.

JU — Mas como conciliar isso com a idéia de que o Estado saiu de cena?

Oliveiros — Não tem conciliação. O Brasil é um sistema de equações incompatíveis. As massas não encontram emprego. Precisaríamos de uma economia de 20 bilhões de dólares por ano. Ninguém está disposto a economizar isso. Estava lendo agora uma entrevista do secretário da Fazenda do Estado, onde ele diz que só de juros da dívida externa do Estado de São Paulo o governador tem de pagar praticamente a receita do ICM. Então as instituições não se fortaleceram. Liquidaram-se. A Federação acabou. A autonomia municipal e estadual também. O drama é que não tomamos consciência disso. Nenhum de nós discute a sério esse problema. Como é que vamos economizar 20 bilhões de dólares por ano para dar emprego a dois milhões de pessoas mantendo a mesma distribuição de renda?

JU — E a saída estaria fora do Estado? De que maneira o sr. vislumbra algum tipo de perspectiva?

Oliveiros — Algum tempo atrás eu coloquei a seguinte disjuntiva: ou você faz neste país um regime autoritário mesmo, para valer, que signifique inclusive a mobilização de mão-de-obra (um regime tipo estalinista, com todas as consequências do estalinismo), ou você abre o regime economicamente e aí se insere realmente na economia mundial, com as salvaguardas indispensáveis para preservar a indústria do país.

JU — A oito meses de uma eleição presidencial histórica, já que não votamos há quase 30 anos, são cada vez menos audíveis (felizmente) as cassandras que anunciavam um intransponível muro militar para as pretensões da esquerda. O sr. acredita que ainda possa haver esse obstáculo para uma eventual vitória das esquerdas?

Oliveiros — Acredito. Porque acredito na razão hegeliana. A sociedade civil não está organizada. Isto de dizer que a sociedade civil está organizada é coisa de sociólogo, politicólogo. Na realidade, não está não. A hora em que se comprovará a organização da sociedade civil é a hora do vamos ver. Na hora do vamos ver, será que vai haver alguma resistência? Suponha que o Lula ganhe. Brizola eu acho que não é tão perigoso eleitoralmente. Vocês viram a reação à vitória da Erundina? Foi uma reação nazista: é mulher, é nordestina, têm hábitos sexuais duvidosos. Mas, basicamente, é nordestina e é mulher. Essa reação encontrei na cidade de São Paulo e no Interior. Você imagina o Lula. Isso vai provocar o quê? Veja bem, a intervenção militar não se dá assim: o fulano é eleito e o ministro tira a espada e vai para a rua. Não. É um troço que vem trabalhado. Isso eu acho perigoso do ponto de vista racional. Temos de pôr na cabeça que não são apenas os doidos da esquerda que jogam bombas. Isso nós já sabemos. Os da direita também jogam. E na hora em que começarem a jogar bomba os milicos vão agir.

JU — Na hipótese da esquerda, polarizada, terminar por ganhar o segundo turno, o que acontecerá? Que espécie de governo faria Brizola? Que espécie de turbulência institucional se teme poderia sobrevir com os partidos de esquerda?

Oliveiros — Veja, há outro tipo de análise para o período que vai se inaugurar em março do ano que vem, que não é a sociedade civil versus Stalin, ou a classe trabalhadora versus classe produtora, essa bobagem toda. Não, falo da análise institucional de um presidente da República que não vai ter maioria no Congresso. Ou ele governa por medida provisória ou tem uma crise como o Getúlio teve em 54, quando perdeu a maioria no Congresso. Ou uma crise como a de 61, quando o governo não tinha maioria, ou em 64, com o Jango, ou em 68, porque o Costa e Silva não tinha maioria. Aí, sim, você tem uma crise institucional.

JU — Seria o momento do Parlamentarismo?

Oliveiros — Não sei como se resolve. Pode ser até o da Monarquia. Veja que há nisso um outro risco, que o Brizola aliás colocou com propriedade mas sem atentar para a gravidade. Há o risco do bonapartismo. De um presidente da República eleito num segundo turno com 51% dos sufrágios, contra um Congresso que está em fim de mandato. Esse presidente vai dizer: Manuel, a legitimidade é minha, não do Congresso. E as instituições vão para o espaço.

JU — O risco de um Caiado ganhar não é o mesmo do de um Lula? Por que as esquerdas atemorizam tanto?

Oliveiros — Nunca pensei que o Caiado pudesse ganhar.

JU — Ele ou os segmentos que representam a direita.

Oliveiros — Na Constituinte, a UDR teve um comportamento de certa forma cartorialista. O perdão das dívidas. Não ter enxergado o problema da terra na sua amplitude demográfica, econômica e social. É possível que ele mantenha a mesma postura cartorialista. É possível que não. Mas, de qualquer maneira, a mesma questão anterior se coloca. Onde você tem um presidente sem maioria, aí você tem crise.

JU — Mas o Sarney não tem maioria.

Oliveiros — Não tem, mas ele não é extremado ideologicamente. Ninguém tem interesse em tirar o Sarney. Um presidente marcadamente ideológico como o Lula, mais do que o Brizola, à direita ou à esquerda, vai se defrontar com o Congresso.

JU — Partindo do princípio de que os regimes marxistas são em geral militaristas ou militarizados, não haveria aí uma contradição por trás da fobia militar pelos regimes de esquerda?

Oliveiros — Eu sempre disse, embora nunca tenha escrito, que as Forças Armadas possivelmente hoje estejam mudando. Eu gostaria de ressaltar isso, mas até Geisel as Forças Armadas foram estatizantes. Isso significa que, na prática, desenvolviam as mesmas políticas que os fascismos de esquerda. O que diferencia um regime realmente militar fechado como os regimes da Europa Oriental é que lá é o partido que comanda as Forças Armadas. Aqui, eles não vão permitir isso jamais. Se o Lula quiser controlar as Forças Armadas, prepara as malas e vai embora. O Brizola não quer, porque já aprendeu. E as Forças Armadas hoje estão absolutamente independentes do Estado. Isso é grave. Ninguém quer pensar nesse assunto.

JU — O sr. falou que hoje as Forças Armadas estão independentes do Estado. Mas historicamente elas sempre mantiveram essa independência.

Oliveiros — Sempre se consideraram independentes do Estado, mas sempre disseram que obedeciam ao poder civil. Aliás, continuam dizendo, mas todo mundo já sabe que isso não é verdade.

JU — Então, se quiserem reformas, os partidos de esquerda terão de "maneirar" para coexistir com as Forças Armadas?

Oliveiros — Veja, as grandes reformas neste país foram feitas pelos conservadores. Nós perdemos essa visão histórica. Quem fez a Abolição foi a Coroa. Quem fez a República foi um conservador chamado Deodoro. Quem fez outra porção de coisas foi outro conservador chamado Getúlio Vargas. Se você quiser fazer a reforma agrária, chame o Caiado e mande ele fazer. Aí ninguém briga. Agora, os conservadores também perderam a inteligência. O imperador era inteligente. A princesa Isabel era inteligente. O Deodoro era inteligente. Os que construíram a grandeza de São Paulo eram inteligentes. O Getúlio era inteligente. Há uma escassez de matéria cinzenta, à esquerda e à direita. Isso é grave.

JU — Apesar das crises, os brasileiros foram ufanistas ao longo de toda a sua história: no Império, na transição da República, no Estado Novo, no período Juscelino e especialmente no início dos anos 70. É notável que, hoje, o pessimismo tenha se generalizado a ponto de se acreditar, mesmo em meios esclarecidos, que o país é inviável. Como andam suas esperanças acerca do Brasil?

Oliveiros — Vou te responder sucintamente com uma frase que li no velho Leon Trotski quando ele comentava a crise espanhola dos anos 20, que desembocou na revolução: "A Espanha tem solução. Para isso é necessário três coisas: primeiro, um partido; segundo, um partido; terceiro, um partido." E o Brasil precisa disso: um partido. Se ele não tiver um partido, acabou. Nos fins dos anos 70 não se fizeram investimentos. Nos fins dos anos 80 não se fizeram investimentos. Ninguém vai investir nos 90. Perdeu-se a década dos 80. Vai se perder a década dos 90. **(E.G. e G.C.)**

*Na esteira do êxito de seu livro mais recente — **Viena Fin-de-Siècle**, aqui editado conjuntamente pela Editora da Unicamp e Companhia das Letras — aportou no Brasil em fevereiro último o prof. Carl Schorske, da Universidade de Princeton, para uma série de palestras sobre a cultura austríaca no final do século passado. Numa entrevista rápida após sua conferência na Unicamp, Schorske falou ao "Jornal da Unicamp" e demonstrou, em relação ao Brasil, mais que simples interesse cultural. Ele se mostrou preocupado com os rumos da educação no País.*

Schorske: "Idéias gloriosas podem desaparecer subitamente, mas podem também florescer em condições inóspitas".

Entrevista: Carl Schorske

Viena para brasileiros

Jornal da Unicamp — O sr. escreveu um livro erudito que, surpreendentemente, vem experimentando sucesso de público no Brasil. Como explicar que um certo período histórico de uma cidade aristocrática européia possa interessar tanto a leitores brasileiros?

Carl Schorske — Fui recebido aqui como se fosse uma celebridade da mídia. Não creio que o seja. Seja como for, é curioso que em três países, a França e o Brasil entre eles, meu trabalho venha recebendo uma atenção especial. É possível que pontos de vista comuns aproximem brasileiros e franceses. Tenho pensado sobre isso e a resposta não é fácil. Suponho que o interesse decorre do fato de que o fenômeno cultural da Viena da virada do século não raro transcende a esfera política, social e geográfica para alcançar a esfera psicológica. Naturalmente isso poderia exercer uma certa atração sobre os leitores brasileiros. O raciocínio pode até não estar correto, mas não vi muita coisa que o desminta. Afinal, encontrei aqui numerosas pessoas engajadas em movimentos progressistas, e estas, naturalmente, são mais sensíveis ao fenômeno Viena. Por outro lado posso dizer que todos aqueles interessados em modernismo como um fenômeno cultural se sentem atraídos por aquele período particular de Viena, que concentrou, de um modo homogêneo e coeso, uma "intelligentzia" exuberante.

JU — Com a explosão de tantos movimentos de vanguarda cultural na Europa no começo do século (futurismo, expressionismo, cubismo, cubofuturismo etc.), o que faz de Viena um caso à parte no que diz respeito ao nascimento da chamada modernidade?

Schorske — Nenhuma das capitais que abrigam o surgimento desses movimentos constitui um caso tão especial quanto a Viena da virada do século. Os futuristas da Itália, os cubistas de Paris e os expressionistas da Alemanha têm suas peculiaridades e seu lugar na construção do espírito do século, porém é certo que todos tomaram uma direção mais ou menos comum. Existem razões por que Viena se tornou o foco principal das novas atitudes culturais consideradas modernas, e essas razões estão exatamente em sua distinção das formas tradicionais de contestação e ruptura, além de tê-las precedido no tempo. Viena apresentava-se, na época, como uma entidade social onde a inovação cultural se dava num vasto espectro de disciplinas. Os arquitetos que produziam a nova arquitetura, por exemplo, conheciam de perto os escritores, os críticos, os pintores. Todos se sentiam parte de uma geração que transformava a cultura. Não me parece que isto tenha acontecido na França dos cubofuturistas ou na Alemanha dos expressionistas.

JU — Refutando a Peter Gay, o sr. admitiu que Freud poderia ter criado a psicanálise em Munique ou Berlim, ao invés de Viena, mas que isto teria sido mais difícil em Paris e quase impossível em Albuquerque (Novo México) ou São Paulo. Por quê?

Schorske — Não, eu não disse isso, é um mal-entendido. Em todo o caso, acredito que aquela mistura particular de inteligências, por ter acontecido em Viena num determinado período histórico, propiciou o nascimento de um fenômeno cultural também muito particular. Peter Gay e eu discordamos sobre isso, é dele a concepção de que a psicanálise poderia ter surgido igualmente em Munique ou Berlim. Bem, não é novidade para ninguém, tampouco para vocês brasileiros, que sob determinadas condições as idéias mais gloriosas podem desaparecer subitamente. Isto acontece aqui e em quase todos os lugares. Mas também é certo que elas podem florescer nas condições mais inóspitas. Sistemas fechados e sob censura têm produzido idéias extremamente criativas e processos notáveis em certos aspectos e em algumas áreas. Qualquer um que conheça a história da Rússia no século 19 sabe disso.

JU — Giovanni Papini dizia que a América Latina era incapaz de produzir sistemas de idéias de valor universal, ou seja, idéias indispensáveis para o mundo. Em sua opinião, não haveria aí um problema de silenciamento resultante da "distância" e do desinteresse pelo Terceiro Mundo?

Schorske — Concordo inteiramente com isto e discordo de Papini. Não se trata somente de silenciamento pela distância, mas de ignorância do Primeiro e do Segundo Mundo. Digamos que, até agora, eles estiveram demasiadamente ocupados com seus próprios fenômenos e suas idéias, esquecidos de que há boas idéias também em outros lugares. Não só a América Latina ou o Brasil padecem desse esquecimento, mas também a Ásia e a África.

JU — Isto traz a questão do isolamento intelectual individual. Franz Kafka, por exemplo, embora vivesse em Praga (uma cidade com fortes conexões culturais com Berlim e Viena), poucas relações mantinha com o mundo intelectual de Schnitzler, Broch e Musil. Como explicar que, sozinho, viesse a se tornar tão mais paradigmático do século que eles?

Schorske — De fato, Kafka foi contemporâneo de Broch, Musil, Schnitzler e também Hofmannsthal. Por mais que me esforce, não vejo muita coisa entre Kafka e eles. Mas o certo é que às vezes uma pessoa se basta para constituir um sistema que, em outros casos, necessita um conjunto de pessoas. Kafka se tornou representativo do século porque tentou encontrar a si próprio na estrutura de seu trabalho e nas relações burocráticas de poder. Isto é central em sua obra, especialmente em "O Veredito" e em "O Castelo", que são documentos até de antecipação dialética contra o excesso de racionalismo do nosso tempo.

JU — Os movimentos de renovação cultural e estética no Terceiro Mundo têm uma relação de dependência com renovações imediatamente anteriores das metrópoles internacionais. O sr. crê que essa dependência é inevitável?

Schorske — Discordo ligeiramente dessa formulação. Tenho observado que a maioria dos movimentos de renovação estética (e isso é peculiar também aos Estados Unidos), embora encontre lastros anteriores na Europa, parte quase sempre de um descontentamento com a linguagem nacional praticada até então. Então é a exaustão de uma cultura antiga e de suas formas que levam à inovação. E quando a inovação chega, a tendência das pessoas agarradas ao oficialismo é dizer: "Ha, ha". Na verdade, isto é que é cosmopolita, acontece em todos os lugares onde a renovação se dá, é a estranheza das novas idéias que faz com que pareçam estrangeiras.

JU — Com a televisão, o satélite, as novas mídias e a internacionalização das formas culturais, o sr. acha que ainda há lugar para uma arte tipicamente nacional?

Schorske — A formulação para a arte nacional não é mais real ou irreal que para a arte local, a arte de uma comunidade específica. Há um lugar para ela. Sempre haverá uma arte que expresse a identidade de uma comunidade. Isto não deveria ser acompanhado de um sinal de "mais" ou de "menos". O importante é saber se essa arte vai preencher uma função. Poderá preenchê-la quando aproxima determinada comunidade de uma comunidade maior ou, movimento oposto, quando estabelece uma distância entre ambas. Tanto pode aproximar quanto distanciar. Mas o que ela jamais deixa de fazer é satisfazer uma determinada demanda cultural, que às vezes requer expressões locais, às vezes internacionais. Neste último caso, o limite entre ambas pode ser muito tênue.

JU — Que impressões o sr. leva do Brasil e dos brasileiros?

Schorske — No curto espaço de tempo em que aqui estive, pude entender um pouco mais a magnitude dos problemas sociais e econômicos do Brasil. Estou encantado em saber que em algumas regiões, particularmente São Paulo, esses problemas estão suscitando movimentos de grupos e de pessoas lúcidas nos últimos anos. Preocupa-me, contudo, que a educação do povo não esteja entre as prioridades do governo para a solução desses problemas. Uma política de educação sistemática em pouco tempo multiplicaria o Brasil do ponto de vista estrutural, incluindo sua independência econômica das comunidades bancárias internacionais. Vocês terão muita dificuldade futura se mantiverem esse tipo de orientação política, tão intimamente ligada ao capitalismo internacional. Pensando nisso, acho muito perigoso dar tão pouca atenção à educação do povo. É somente através dela que se poderá chegar à verdadeira autonomia cultural e econômica. **(E.G. e G.C.)**

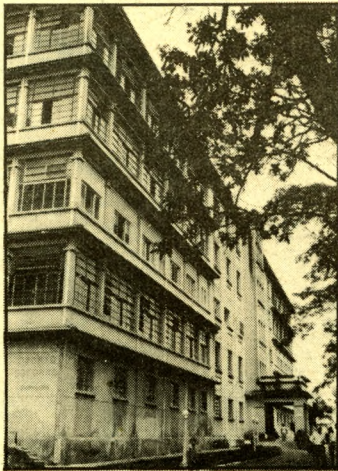
O que foi a Viena da virada do século

Franz Kafka detestava-a, Franz Werfel a amava. Nada disso interferia, contudo, com a paz de seus grandes jardins públicos, a efervescência de seus salões literários e a temperatura intelectual de cafés onde se dava o nascimento da psicanálise de Freud, do novo urbanismo de Otto Wagner, da literatura de Hugo von Hofmannsthal, Arthur Schnitzler e Robert Musil, da pintura de Gustav Klimt e Oskar Kokoschka e da música atonal de Arnold Schoenberg.

*É significativo que, enquanto esses artistas e intelectuais decidiam andar na contramão da história, o jovem Adolph Hitler percorria maravilhado a Ringstrasse, a nova avenida monumental do centro de Viena, com sonhos de arte na cabeça. É pena que a **Sesseção**, o grupo de novos artistas que se rebelou contra a arte antiga, não o tenha absorvido ainda que por piedade (Hitler era um mau pintor): talvez a história do século fosse outra.*

*Essa pequena "falha" não deslustra, contudo, a visão mística da Viena que, por conta própria, e sem pedir a opinião de ninguém — já que não se tratava de um movimento internacional — passou a produzir uma nova cultura que refletia a desintegração da antiga e acusava o surgimento do homem psicológico. Ela anunciava, na verdade, o século 20 **(E.G.)***

A Reichsratsstrasse, testemunha de uma época de riqueza intelectual e decadência política.

Cerca de 5 mil pacientes já foram atendidos no centro de atendimento oftalmológico.

O Hospital Regional, centro de referência hospitalar para 16 cidades.

A casa onde funciona o centro de atendimento oftalmológico, com orientação da Unicamp.

De olho em Divinolândia

No interior paulista, 16 cidades juntam forças com a colaboração da Unicamp.

"Se não trabalha na prefeitura ou no hospital, com certeza é bóia-fria". A frase, bastante ouvida em Divinolândia, cidade paulista a 174 quilômetros de Campinas, não traz demérito algum para o lugar. Apenas mostra o senso de humor de seu povo.

Entretanto, neste cenário de ruas tortuosas plantadas no alto de uma de suas muitas colinas, algo de novo se passa. Há alguns meses, 16 cidades da região — cujo centro econômico é São João da Boa Vista — decidiram fazer de Divinolândia o seu centro de referência hospitalar. O sistema está sendo implantado com orientação da Unicamp e já mostra seus frutos: a cidade tem um dos melhores padrões de atendimento oftalmológico do interior do Estado.

Apesar do amplo espaço do Hospital Regional — antes chamado Hospital Ademar de Barros —, de 14 alqueires, pertencente ao Estado e cedido ao consórcio de 16 prefeituras, o centro de atendimento oftalmológico funciona numa casa à parte, de oito cômodos. Ali, uma equipe formada por um residente da Unicamp, enfermeiras e funcionários administrativos, atende até 30 pacientes por dia. As cidades são atendidas em rodízio, sem privilégios: uma cidade a cada período de meio dia.

O esquema funciona desde fevereiro de 1988, logo após o Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista (Coderg), com a ajuda da Secretaria de Saúde do Estado, ter obtido o uso do hospital e providenciado o equipamento necessário. Há um consultório completo para atendimento. As cirurgias mais simples são realizadas no Centro Cirúrgico do hospital, que tem capacidade para 230 leitos. Os casos mais graves são encaminhados para a Unicamp.

"Trata-se de um sistema novo em termo de Brasil", explica o prof. Newton Kara José, chefe do Departamento de Oftalmologia da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. É Newton quem coordena a ida de residentes a Divinolândia, participando ainda de campanhas de erradicação de catarata como a realizada em março, na cidade de Tapiratiba (veja box). Mas o sistema pode ser melhorado: constata-se a necessidade de mais um médico para o dia-a-dia, o que se espera conseguir com a ajuda da Secretaria de Saúde do Estado. É dela que se aguarda ainda o cumprimento da promessa de equipamento para mais um consultório, cujo espaço físico existe e está aguardando a sua implementação.

Presidente do Consórcio, o prefeito de São João da Boa Vista, Gastão Cardoso Michelazzo, eleito no início do ano, considerado trabalho da Unicamp "indispensável" e espera que o convênio possa ser ampliado para áreas como as de cardiologia e neurologia, por exemplo. Observa, com orgulho, que "não existe nenhuma pessoa com catarata em Santo Antônio do Jardim", onde foi realizada uma campanha nesse sentido, no começo do ano, como parte do convênio Unicamp Estado Prefeituras.

Reação semelhante tem a administradora hospitalar Maria Aparecida Laleu Abe, a Lia, há pouco tempo nessa função no Hospital Regional. "Só podemos agradecer o trabalho da Unicamp", diz, enquanto mostra, sala a sala, as dependências utilizadas pela oftalmologia e os cinco andares do Hospital que administra.

Caravana, piquenique

O prédio que atende às consultas de oftalmologia em Divinolândia não tem nada de triste: parece antes um lugar de lazer e festa. Antes das 7 da manhã, começam a chegar os carros das prefeituras da região. Enquanto o paciente é atendido, seus familiares — "tem gente que traz toda a família", diz Lia — fazem um verdadeiro piquenique debaixo das árvores frondosas, com mesas para esse fim. Lá dentro, o paciente recebe a melhor das atenções.

Na verdade o atendimento começa bem antes, na cidade de origem do paciente. A consulta é marcada no posto de saúde local. Uma vez agendada em Divinolândia, o paciente é atendido de acordo com a escala feita para as 16 cidades. Nada paga pela consulta. Paga uma quantia simbólica (10 cruzados) se precisar de óculos. O aro é conseguido em campanhas realizadas pelas prefeituras e a lente vem do Consórcio. Quando é necessário fazer alguma cirurgia mais simples, o centro cirúrgico do Hospital Regional está equipado para isso. Faz até duas cirurgias por dia. "Os casos mais complexos são enviados para o HC da Unicamp", explica Maria Cecília Machado, enfermeira responsável pelo serviço de atendimento.

É Cecília quem controla a marcação das consultas e das cirurgias, mantendo a respeito estatísticas sempre atualizadas. "Entre consultas novas e retornos", diz, "o último ano registrou 4.750 atendimentos." Cada cidade tem direito a 10 consultas novas por dia, além de alguns retornos. Com as urgências, chegam a 30 as pessoas atendidas diariamente. Divinolândia, por sediar o sistema, concentra um maior número de pacientes até agora: 600. Depois vem Caconde, com 280; Mococa, 247; e São João da Boa Vista, 188. Já foram realizadas 300 cirurgias e distribuídos 165 pares de óculos de outubro passado a janeiro deste ano.

A procura do atendimento oftalmológico do Hospital Regional pode ser medida pela projeção feita por Newton Kara: cirurgias marcadas até setembro e consultas até novembro. A afluência maior é de crianças até 10 anos e de adultos acima dos 40. "O mais importante é a reabilitação do cego por catarata", diz Newton Kara. Para coordenar o trabalho de Divinolândia, a Unicamp exibe vasta experiência na área: tem certamente o melhor cartel de atendimento do País, e também um dos maiores: 270 pacientes são atendidos diariamente no HC em Campinas. Um dos sonhos de Newton é criar na Unicamp um Instituto de Oftalmologia, com prédio próprio. A partir daí, projetos de interesse comunitário como o de Divinolândia seriam enormemente facilitados. (R.C.)

Em Santo Antônio, catarata erradicada.

Atendimento oftalmológico em Divinolândia (1988)

Cidade	População (SEAD)	Atendimentos
Aguaí	17.866	85
Águas da Prata	4.653	111
Caconde	14.577	280
Casa Branca	21.296	74
Divinolândia	7.253	600
E. Santo do Pinhal	33.162	136
Itobi	4.965	55
Mococa	51.659	247
Santa Cruz das Palmeiras	16.162	104
Santo Antônio do Jardim	5.139	74
São João da Boa Vista	57.041	188
São José do Rio Pardo	33.824	60
São Sebastião da Grama	9.118	173
Tambaú	15.841	100
Tapiratiba	8.682	154
Vargem Grande do Sul	24.603	106

Consórcio reúne esforços da região

O Consórcio que congrega as 16 cidades da região de São João da Boa Vista começou com um trabalho comum na área da informática (para ISS e IPTU), hoje a todo vapor. Depois veio o convênio com a Unicamp, firmado em 1987 e cujos primeiros resultados já foram colhidos em 1988. O primeiro passo foi conseguir, após longa batalha judicial, a cessão do então Hospital Ademar de Barros, em Divinolândia, que estava em poder de um grupo da cidade, apesar de pertencer ao Estado.

Inaugurado em 1945, o hospital foi usado durante muitos anos para tratamento de tuberculosos. Ocupa uma extensa área e tem a maior parte de seus cinco andares ocupada por 150 excepcionais profundos (doentes com poucas chances de vida). A Secretaria de Saúde dá a cobertura para esse setor, já que atende a doentes de todo o Estado.

O presidente do Conderg é o prefeito de São João da Boa Vista, Gastão Cardoso Michelazzo (PMDB), eleito pelos 16 municípios, com mandato de dois anos. O anterior, Sidney Stanislaw Beraldo, também de São João da Boa Vista, foi quem fez os primeiros contatos com a Unicamp na área de oftalmologia. O Conderg atende a uma região de cerca de 300 mil habitantes, com um modelo de organização próprio que já começa a ser seguido por outros municípios. Divinolândia, sede do Hospital Regional, tem 7.253 habitantes. Seu prefeito, Luís Pedro Gonçalves da Silva, eleito em novembro pelo PFL, é um dos grandes entusiastas do Convênio com a Unicamp.

Núcleo de Prevenção abre guerra contra a catarata

O Núcleo de Prevenção da Cegueira, coordenado pelo prof. Newton Kara, vem fazendo um trabalho de erradicação da doença em Campinas, onde 97 mil pessoas já foram examinadas. A campanha agora está sendo estendida para as 16 cidades do Conderg e, em janeiro, literalmente, extinguiu a catarata em Santo Antônio do Jardim. Ali, foi feita uma ampla divulgação à população, onde entraram até "outdoors".

O trabalho se repetiu nos dias 18 e 19 de março, em Tapiratiba. Cerca de 12 profissionais da Unicamp, entre médicos e colaboradores, além de 60 colaboradores da prefeitura local, fizeram um difícil trabalho que examinou, preliminarmente, 346 pessoas da cidade e do campo, o que representa 21,6% das cerca de 1.600 pessoas com mais de 50 anos e sujeitas à catarata. De 86 examinados com maior atenção, 75 foram dispensados e 11 serão operados.

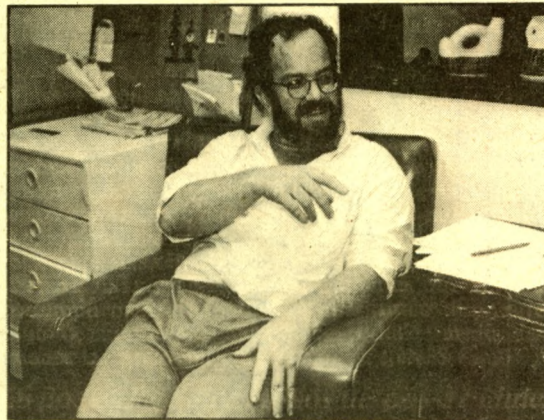
O programa de erradicação da catarata tem outros mutirões programados: em abril será a vez de São Sebastião da Grama, e em maio a de Caconde. Nos meses seguintes outras cidades serão visitadas.

Em pauta, a economia do trabalho

Centro vai desenvolver pesquisas sobre o movimento sindical e relações do trabalho.

O sindicalismo e a economia do trabalho, temas que sempre preocuparam o meio acadêmico, entram de vez no currículo da Unicamp. Diante da crise atual e do esforço pelo reordenamento político e institucional do país, o Instituto de Economia (IE) da Unicamp coloca-se à frente das principais universidades brasileiras, criando o Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit). Através dele começam a se intensificar os vínculos da Universidade com o movimento sindical, as entidades de apoio e pesquisa, os profissionais de relações do trabalho e também com os assessores sindicais. Segundo o diretor executivo do Cesit, Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, a questão do mundo do trabalho, até então muito pouco estudada no país, agora passa também a fazer parte do currículo dos novos economistas.

O Cesit é constituído por pesquisadores das áreas de economia, história, sociologia e direito do trabalho, e seu Conselho de Orientação é formado por representantes do Instituto de Economia da Unicamp e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). Suas principais áreas de atuação são relações de trabalho e sindicalismo, economia do trabalho, novas tecnologias e relações do trabalho, e políticas sociais e movimento sindical. A partir dessas áreas, o Cesit começa a desenvolver estudos e pesquisas sobre as tendências recentes do sindicalismo nacional e internacional.

Alonso chamou para o Centro historiadores,...

...sociólogos e economistas como Cláudio Dedecca.

Democratização

O professor do Departamento de Política e História Econômica do IE, Cláudio Salvadori Dedecca, explica que o Cesit foi criado no final do ano passado, já que "dentro do processo de democratização brasileira a definição de novas relações de trabalho entre o trabalhador e o empregador, sejam esses públicos ou privados, ganha um novo conteúdo: nas negociações entram em questão a qualidade do trabalho, seu conteúdo, o salário e as formas de contratação. Numa sociedade tão diferenciada como a do Brasil, democratizar significa mudar a qualidade de vida da população. E a Unicamp sempre procura vincular seus projetos às demandas sociais".

Desta forma, a proposta do Cesit é criar uma ligação entre a Universidade e a sociedade, discutindo as perspectivas existentes quanto ao processo de negociações coletivas e das novas relações de trabalho que surgirão ao longo do tempo. "A Unicamp agora se torna um ente do debate. A idéia do Centro é pioneira e acho que mais do que isso, pois entre as grandes universidades brasileiras a Unicamp sempre foi muito aberta", afirma Dedecca.

Quanto à forma de consolidação do Cesit, não é nada ortodoxa, garante Dedecca. Já começam a ser desenvolvidas atividades como seminários nos quais se discutem temas importantes para o momento social e político do país, com a participação de representantes dos trabalhadores, empregadores, técnicos e professores especializados no assunto. Cursos para sindicalistas também já estão sendo programados, a fim de abordar, por exemplo, de que forma a modernização pode afetar a oferta de empregos, ou qualquer outro assunto de interesse do movimento sindical e seus dirigentes.

Através desses eventos criam-se vínculos permanentes com representações da sociedade e se estabelece um trânsito real entre as partes envolvidas, conforme avalia Dedecca. Eles serão amplamente divulgados, assim como as conclusões das discussões, através de vídeos, livros ou outros tipos de publicações. A atuação do Cesit, no entanto, não se restringirá ao âmbito nacional: para 1990 está sendo programado um seminário sobre a economia mundial.

De acordo com Dedecca, "a economia mundial vem vivendo uma crise há muito tempo e isso incorpora uma reestruturação das economias nacionais, com impacto sobre os países menos desenvolvidos e a qualidade de vida de suas populações. Com esse evento, discutiremos essa reestruturação e analisaremos a questão de empregos, salários e condições de vida do Brasil, nessa nova ordem econômica internacional".

Projetos que se casam

O novo centro do IE também desenvolverá projetos de pesquisa. Até o momento foram definidos dois: "Os 25 Anos de Política Salarial" e "Tendências Recentes do Movimento Sindical Brasileiro". Dedecca explica que o primeiro projeto visa, de um lado, recuperar um pouco a história do instrumento regulador de salários que o Estado geriu no pós-64; e, por outro lado, pretende-se que essa reconstituição histórica permita à Unicamp participar, nesse momento, do debate sobre a validade e importância de um instrumento regulador estatal: a política salarial.

O segundo projeto de pesquisa tem relação com o primeiro. "Em 'Tendências Recentes do Movimento Sindical Brasileiro', a tentativa é a recuperação histórica das negociações coletivas processadas pelo movimento sindical nos últimos dez anos. Além disso, analisar como essa intervenção do movimento sindical estrutura, redefine o próprio movimento e afeta a política sócio-econômica do país. De uns anos para cá, o movimento sindical discute a livre negociação direta com os patrões, faz greves, dissídios coletivos, enfim, novas formas de se corrigir os salários que não seja a política salarial. Então, os dois projetos de pesquisa se casam: é a transição política do país ocorrendo e também um movimento de reestruturação de valores sociais. São as duas faces da mesma moeda", analisa Dedecca. **(C.P.)**

A linguagem trama a liberdade da língua

Para estes especialistas, a escola deve incorporar as nuances sociais da linguagem.

"Interferir positivamente na maneira como a disciplina da Língua Portuguesa — da alfabetização ao segundo grau — vem sendo trabalhada na rede escolar" é o objetivo do curso de especialização, a nível de pós-graduação **lato senso**, "A Trama da Linguagem na Escola", que o Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) iniciou este ano, na Unicamp. A experiência será posteriormente transformada em livro para atingir um universo mais amplo de educadores.

Durante 18 meses, 29 professores de 1.º e 2.º graus selecionados para o curso discutirão os diferentes aspectos que envolvem o ensino e o aprendizado da língua materna. Coordenado pela prof.ª Marisa Lajolo, do Departamento de Teoria Literária, de onde também é diretora associada, o curso pretende desvendar, como diria João Cabral de Mello Neto, "as tramas e as teias da linguagem que se vão tecendo com a mesma malha com a qual o poeta tece a manhã".

Uma história sem leitura

As dificuldades no ensino e aprendizado da língua portuguesa não podem apenas ser creditados à formação deficiente dos professores da área e aos baixos salários que percebem. Trata-se, na verdade, do resultado de um processo histórico de uma sociedade que até poucos anos atrás lia pouco. Esta constatação, aliás, já foi feita por viajantes estrangeiros que vieram ao Brasil nos séculos XVIII e XIX e descobriram que aqui o livro era um objeto estranho, quando o mundo vivia a fase do "Iluminismo".

Apesar disso, segundo Lajolo, somente nos últimos 20 anos criou-se uma consciência do problema. Os caminhos percorridos, no entanto, foram sempre de natureza paliativa, "com o professor corrigindo o texto e inibindo o aluno. A escola não pode atrofiar o desempenho lingüístico do aluno. O "nós vai, nós foi" é eficiente em certas situações. A chamada língua materna não é única, é múltipla. Uma infinidade de linguagens coexiste e a escola deve favorecer o aluno a lidar com essas diferentes formas de linguagem, percebendo assim a função social da linguagem para então interferir nela. Se a escola não incorporar os conceitos sociais da linguagem, corre o risco de ser marginalizada. O aluno deve falar "nós vamos", "nós fomos", por opção, não por imposição".

A idéia, de acordo com Lajolo, não é colocar nas cabeças das pessoas que existe um uso correto, bom e bonito da língua. Trata-se de discutir as condições históricas do aprendizado. Lembrando Paulo Freire, a pesquisadora do IEL observou que num primeiro momento deve-se incorporar a fala do falante para não emudecê-lo.

Embora reconheça as más condições no exercício do magistério, Lajolo atribui fundamentalmente à falta de leitura o insucesso no ensino e aprendizado da língua materna. "Só quando o professor se converter à leitura e se tornar um usuário dela vai poder passar isso para o aluno. Caso contrário, dará sempre receitas prontas sem ter o controle delas."

E é por acreditar na importância da leitura para melhor desempenho da língua portuguesa, que o curso começa a ser ministrado na Unicamp, justamente a partir da recuperação da história da leitura de seus alunos. Fazendo isso, será possível discutir e refletir sobre os diferentes temas que compõem o programa do curso.

Marisa e João Wanderley: o ensino e o aprendizado da língua materna.

O curso

O curso "A Trama da Linguagem na Escola" se insere na política de prestação de serviços, apoio à comunidade e extensão da Universidade e visa a estreitar os contatos entre a academia e as escolas de 1.º e 2.º graus. O IEL já vinha ministrando cursos avulsos e atuando na reciclagem de professores da área. Entretanto, somente agora estabelece uma relação mais eficaz com o fim de interferir diretamente no ensino do português.

O ensino da língua se dá de uma forma contínua, dentro de um processo global de formação do indivíduo. Conceitos como esse deverão ser repassados pelos professores do IEL aos professores-alunos que estão preocupados em aprimorar seus conhecimentos. Dentro desse contexto serão ministradas seis disciplinas: "Fundamentos dos estudos da linguagem", com o prof. João Wanderley Geraldi; "Usos literários da linguagem", prof.ª Suzi Sperber; "Usos não literários da linguagem", prof.ª Maria Laura Mayrink Sabinson; "Análise lingüística do Português", prof. Ataliba Castilho; e "Metodologia do ensino", prof.ª Raquel Fiad, todos do IEL.

Ao longo de dezoito meses, a partir de março deste ano até junho de 1990, todas as sextas-feiras, das 8h30 às 12 horas e das 14 às 18 horas, num total de 540 horas-aula, os professores da Unicamp vão trabalhar o uso da língua portuguesa. "Familiarizar o professor com formulações recentes dos vários ramos dos estudos da linguagem, levando-o a operar com diferentes noções e conceitos da Lingüística em suas várias áreas, da Teoria e da História Literária, e sobretudo favorecendo uma reflexão abrangente sobre sua pratica pedagógica, faz parte dos propósitos principais do curso", esclarece Lajolo. Na disciplina "Metodologia do Ensino" será incorporada a discussão de práticas pedagógicas correntes nas escolas brasileiras e elaborado um planejamento de atividades relativas ao ensino da língua materna, ao longo das onze séries do 1.º e 2.º graus.

O curso vai, porém, além do seu conteúdo didático, como disse a professora Lígia Chiappini Moraes Leite, da USP, que proferiu palestra inaugural dos trabalhos. Segundo ela, a melhor formação do professor implica, sobretudo, a recuperação do seu papel intelectual, não subalterno. Representa a retomada pela academia de cursos de especialização que na década de 60 andavam juntos com a pós-graduação **stricto senso**, num processo de aperfeiçoamento mútuo, completando assim a incompletude das graduações". **(G.C.)**

DE OUTROS CAMPI

Emoções — O Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Paraná, realizará entre 5 e 7 de maio, na Câmara Municipal de Londrina, o "I Simpósio Nacional sobre Inveja, Ciúme, Amor e Ódio". O evento pretende analisar as implicações psicossomáticas relacionadas a esses sentimentos. Participarão especialistas de vários Estados. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (0432) 27-5151, ramal 217.

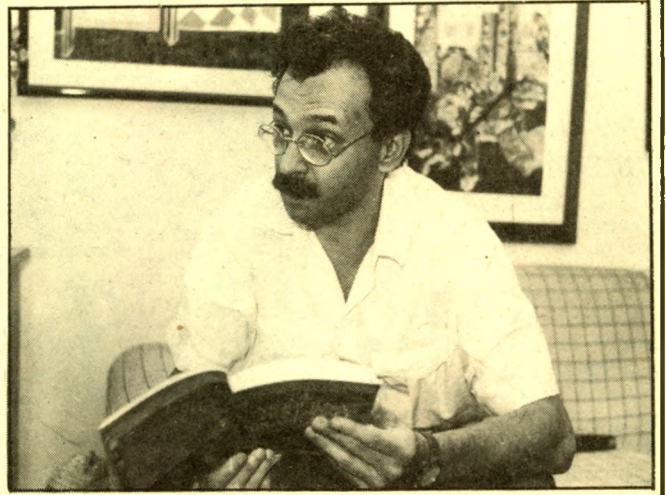
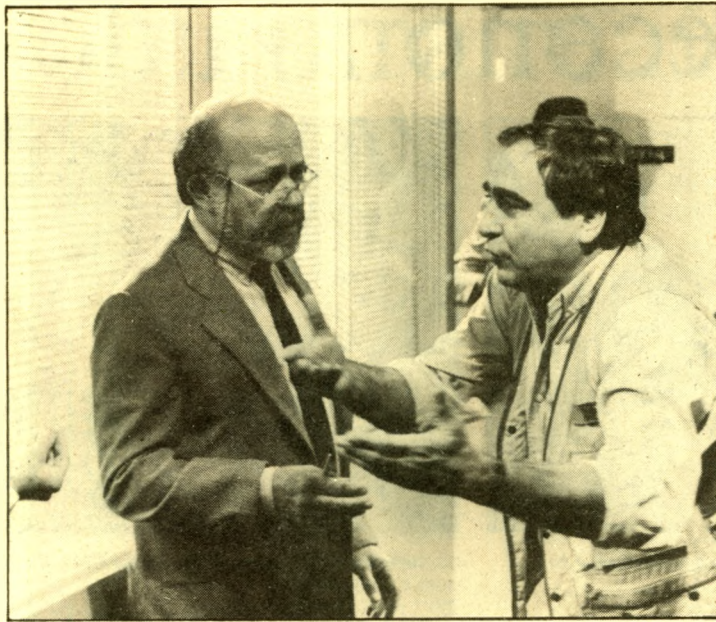
Raízes — Pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPr) desenvolveram um equipamento que cultiva o enraizamento de plantas através de uma caixa de vidro, que contém uma solução nutritiva e umidificador de ar. O "Rizotron de Neblina", como é denominado, permite o desenvolvimento da raiz em temperatura normal, através de neblina, possibilitando a visualização das várias etapas de crescimento das plantas. A caixa contém água e sais minerais que são extraídos pelas plantas do solo (como cálcio, fósforo, potássio e outros) a uma altura de dez centímetros. Entre a solução há um umidificador de ar que transforma o líquido em neblina e na parte superior do equipamento são colocadas as plantas, cujas raízes se desenvolvem no ar, ficando em contato apenas com a nuvem formada no interior do aparelho. Seu pesquisador, o engenheiro agrônomo Flávio Zanette, afirma que com essa técnica podem-se produzir verduras em casa ou mesmo em apartamentos.

Saúde escolar — A Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) está organizando o encontro "Saúde Escolar — Negligência e Caos", a ser realizado em Uberlândia (MG), de 22 a 26 de maio, para discutir, revisar e analisar a saúde do escolar brasileiro nas últimas décadas. Participam da promoção as Secretarias de Saúde e Educação de Minas Gerais e as prefeituras de Belo Horizonte e de Uberlândia, com o apoio da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE).

Adesivo sangüíneo — Uma técnica até então aplicada apenas na Europa foi utilizada em pacientes do Hospital das Clínicas de São Paulo como parte da tese de doutorado do médico Ricardo Ferreira Bento (Estudo da Anastomose do Nervo Facial; Comparação entre o Adesivo Fibrínico e a Sutura Epineural — Estudo Experimental em Gatos). Trata-se de um adesivo fibrínico, obtido através do sangue do próprio paciente, que funciona como uma espécie de cola no tecido nervoso, evitando suturas e eventuais transmissões de doenças pelo sangue de doadores. Segundo o pesquisador, a principal vantagem é a proteção contra a contaminação pelo vírus da Aids.

Despoluição — Despoluir rios e lagoas sem o uso de produtos químicos, mas com uma substância extraída de um cacto, denominada polietrólito, foi a maneira encontrada por pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá, no Paraná, para resolver esse problema ambiental. O polietrólito natural se mostra 100% eficaz na purificação de águas contaminadas, a tal ponto que a Companhia de Água e Esgotos daquele Estado já está utilizando o método experimentalmente para o tratamento de esgotos. Além de todos os tipos de coliformes, a substância permite a remoção de resíduos industriais, como o chumbo e o cromo.

Urucum — Como a partir de 1990 estará proibido o uso de corantes artificiais nas indústrias de alimentos, cosméticos e medicamentos por recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), pesquisadores da Universidade Federal do Ceará (UFCE) já estão trabalhando no melhoramento da planta "Bixa orellana L.", mais conhecida como urucum. Através da biotecnologia eles têm conseguido dobrar a produtividade da planta e estão obtendo exemplares resistentes a doenças e com a metade do tamanho natural do urucum, o que aumenta o número de plantas por hectare.

Informática — O reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Deladier Cunha Lima, garante que este será o ano da informática na universidade. Ele está apresentando ao Ministério da Educação um plano-diretor que visa à ampliação do laboratório de micros do Departamento de Informática e Matemática Aplicada e à instalação de laboratórios de micros nos diversos centros da instituição. Desde 1978 a UFRN trabalha com computador B-3.500 e, atualmente, através de seu Departamento de Física Teórica e Experimental, está ligada ao mundo pela rede de computadores denominada BITNET, que inclui universidades do Japão, Suíça, França e até a Nasa.

A telenovela ganha status acadêmico (à esquerda, cena de "Vale Tudo") no livro de Renato Ortiz.

Coisas do folhetim eletrônico

Surgiu no início da década de 50 como algo alienado, coisa de elite e totalmente fora do contexto social brasileiro. No entanto, nas últimas duas décadas, quando se assiste à emergência da indústria cultural no Brasil, a televisão invadiu indiscriminadamente os lares e, em conseqüência, as consciências individuais. O fenômeno da novela "Vale Tudo" por exemplo, enfocando o vazio ético dos tempos modernos, é, por si só, um indicador da atualidade do debate sobre os vários aspectos da cultura de massa. Apesar do fascínio que exercem sobre o público, esses "folhetins eletrônicos" só agora começam a ser objeto de uma análise mais profunda por parte de pesquisadores.

"A Telenovela: História e Produção Industrial", de Renato Ortiz, Silvia Helena Simões Borelli e José Mário Ortiz Ramos, livro que acaba de ser lançado pela Editora Brasiliense, é a primeira obra do gênero onde, com base no aspecto sócio-cultural, as análises dos autores buscam rastrear a trajetória das novelas de televisão desde seu surgimento até seu apogeu nos dias de hoje.

Renato Ortiz é professor do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, onde está desde março do ano passado. O livro é resultado de dois anos de pesquisas para sua defesa de tese, a nível de pós-graduação, na Puc de São Paulo. A obra mostra a história da telenovela no Brasil desde a época do folhetim, passando pela "soap-opera", a radionovela urbana e, por fim, a telenovela que tanto sucesso faz hoje no Brasil (a ponto de ser exportada), um gênero que ocupa os maiores índices de audiência.

"A telenovela não desfruta de um grande prestígio no mundo acadêmico", diz Renato. Apesar de ser um gênero relativamente antigo, seu antecessor histórico, a radionovela, só foi introduzida no Brasil na década de 40 e existem poucos estudos sobre ela.

"Não creio que seria exagero afirmar que as Ciências Sociais a negligenciaram por um bom tempo, como se a seu desprestígio cultural correspondesse uma deficiência epistemológica", explica o professor. Por outro lado, são raras as análises de cuidado acadêmico que tomaram a novela como objeto de reflexão.

A filiação da novela ao romance-folhetim é reconhecida há muito tempo. Vários estudos reconhecem esse tipo de narrativa como uma espécie de arquétipo da telenovela; nesse sentido, a denominação "folhetim eletrônico" é sugestiva, "pois indica a persistência de uma estrutura literária herdada do século XIX", observa Ortiz.

Folhetim melodramático

As atuais novelas brasileiras tiveram seu início com base em modelos "antigos" como a "soap-opera" americana e até mesmo a radionovela latino-americana. Mas até que ponto a "soap-opera" influenciou a radionovela latina? A resposta é dada pelo próprio Renato Ortiz: "O caso de Cuba talvez nos ajude a esclarecer melhor seu destino histórico. Reynaldo Gonzáles considerava que esta seria uma 'invenção cubana'. Embora não exista levantamento detalhado de suas histórias em outros países latino-americanos. Cuba parece realmente ter sido o primeiro país onde floresceu esse gênero radiofônico".

A radionovela chega ao Brasil somente em 1941, ano em que são lançadas "A Predestinada" pela Rádio São Paulo e "Em busca da felicidade" pela Rádio Nacional. Em ambos os casos são observados traços latino-americanos. Tratava-se de um produto importado, "uma vez que no Brasil ela segue um padrão preestabelecido, ou seja, a temática é folhetinesca e melodramática, e o público visado, a exemplo do que ocorre em outros países latino-americanos, é composto por dona-de-casa", explica Ortiz. Depois vieram outras como por exemplo "O direito de nascer", após ser irradiada em Cuba, em 1948, e a seguir no México, Colômbia e Bolívia.

O caminho da radionovela no Brasil, segundo o professor, é semelhante ao que ela trilhou em outros países latino-americanos: o sucesso é rápido, o que fez aumentar desmesuradamente o seu número. Entre 1943 e 1945, foram transmitidas 116 novelas pela Rádio Nacional, num total de 2.985 capítulos. A Rádio São Paulo, que se especializou no gênero, tinha novela nos três períodos, chegando a ter no ar, diariamente, nove novelas no horário diurno.

A primeira novela, "Sua vida me pertence", escrita por Walter Foster, estreou em 1951 na TV Tupi, em São Paulo. "É o início de uma produção que permanece até 1963 com o advento da telenovela diária. Durante toda a década de 50 a maioria dos textos era levado ao ar duas vezes por semana, com duração média de 20 minutos por capítulo". Se no início da história da telenovela o gênero melodramático é o modelo que predomina, a partir de 1954 ocorre uma mudança no eixo dramático. Ao lado das novelas infantis, que buscam captar um público específico, a produção se define basicamente pela adptação de textos estrangeiros. Júlio Verne, Alexandre Dumas, A.J. Cronin, Victor Hugo, autores consagrados pela leitura popular internacional, passam agora a ter suas obras apresentadas em vídeo.

Indústria

No capítulo "A telenovela diária", de José Mário Ortiz e Silvia Borelli, consta que durante os anos 50 a telenovela evoluiu no interior de uma televisão pautada pela improvisação técnica, organizacional e até mesmo empresarial. A Tupi apresenta nesse momento o perfil da televisão brasileira, "mas não podemos nos esquecer que sua existência vem mais da ousadia e da força econômica do grupo dos Diários Associados, do que propriamente de uma condição propícia para o seu desenvolvimento enquanto indústria". É justamente esse quadro que irá transformá-la na década de 60, ainda, é evidente, sem atingir o processo que a caracteriza nos anos seguintes, como a integração nacional via satélite, a edição eletrônica e a cor, mas o suficiente para que ela se consolide como uma indústria cultural.

Segundo os autores, algumas mudanças importantes começam a ocorrer, em particular a expansão do número de aparelhos de televisão. Se em 1960 o número de aparelhos era de 598, em 1965 era de 1933, ou seja, um aumento de 333% de aparelhos em uso. E a evolução foi se dando em todos os setores da televisão, passando a ser administrada com uma moderna visão empresarial, com a criação de departamentos e contratações de profissionais especializados. O advento da telenovela diária a esta altura está intimamente ligado a este quadro mais amplo de transformações. Como a "soap-opera" nos Estados Unidos e a radionovela na América Latina, ela surge como uma narrativa apropriada para ampliar o público das emissoras.

"De certa forma, o que tinha ocorrido com o rádio nos anos 40 se repete", afirmam os pesquisadores. E hoje novelas genuinamente brasileiras, transformadas num produto de aceitação quase generalizada, são exportadas para Cuba, Portugal, China e até mesmo a União Soviética. **(A.R.F.)**

Unicamp agora ajuda a fazer Carta estadual

O Núcleo de Estudos Constitucionais da Unicamp, que já colaborou na formulação de importantes questões durante a Assembléia Nacional Constituinte, está agora participando ativamente da elaboração da Constituição Estadual, que deverá estar pronta em outubro deste ano. "Educação", "Universidade" e "Ciência e Tecnologia" são os temas sobre os quais os especialistas da Universidade têm refletido.

Baseados nos princípios gerais que nortearam a Constituição Federal de 1988, os membros do NEC, sob a coordenação do prof. Osmar de Oliveira Marchese, redigiram 20 artigos para o capítulo "Educação e Universidade" e três para o de "C & T", além das disposições transitórias que os complementam. Em função do trabalho desenvolvido pelo Núcleo, ao longo da Assembléia Nacional Constituinte, o NEC foi oficialmente convidado pelo coordenador do Grupo de Trabalho da Ordem Econômica e Social Pró-Constituinte Estadual, deputado José Dirceu, para participar dos debates sobre "Educação, Universidade, Ciência e Tecnologia".

Representando o NEC, participaram dos debates realizados na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, nos dias 27 e 28 de fevereiro e 1.º de março último, os professores Dermeval Saviani, Elisabeth Pompeo de Camargo e José Luis Zanfelice (Educação); Eliézer Rizzo de Oliveira (Universidade) e os profs. Hélio Waldman e Renato Dagnino (Ciência e Tecnologia). Além de manter os princípios instaurados na nova Carta Magna, a Unicamp sugere algumas inovações e especificidades a nível da Constituição Estadual que deverá servir de parâmetro para a conduta dos governantes, a partir de sua promulgação.

A contribuição da Unicamp

No âmbito do capítulo "Educação e Universidade" está a manutenção da gratuidade do ensino público; a obrigatoriedade do Estado com o ensino fundamental, com oito anos de duração; a isonomia salarial para docentes em exercício e com titulação idêntica, independente do nível de ensino em que estiver atuando; a criação do Sistema Estadual de Ensino; a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades estaduais paulistas, a eleição dos reitores com a participação da comunidade externa; a criação do Conselho Superior das Universidades Públicas do Estado de São Paulo; o princípio de indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade; a reformulação na composição e atuação do Conselho Estadual de Educação e a destinação de 1% dos recursos estaduais para a Fapesp e de 11% para as universidades estaduais.

Quanto ao capítulo de Ciência e Tecnologia, prevê-se a criação de um Conselho Estadual de C & T "integrado por representantes dos setores da sociedade e de organismos governamentais envolvidos com a geração e aplicação do conhecimento científico e tecnológico, bem como os impactos delas resultante"; a formulação de um Plano Estadual de Ciência e Tecnologia (PECT), a exemplo do que ocorre a nível federal, no qual deverá ser "assegurada a coerência com as metas globais de desenvolvimento econômico e social do Estado e do País". **(G.C.)**

VIDA UNIVERSITÁRIA

EM DIA

Marketing Esportivo — De 18 a 20 de abril, a Faculdade de Educação Física da Unicamp (FEF) promove o I Simpósio de Marketing Esportivo em Campinas. Salões I e II do Centro de Convenções e Ginásio Multidisciplinar da Unicamp, das 8h30 às 18 horas.

Hospitais Públicos — O salão I do Centro de Convenções é o local do I Encontro de Hospitais Públicos da Região de Campinas. Promovido pela Coordenadoria de Assistência do HC, está previsto para o dia 26 de abril, das 9 às 17h30.

Estatística — A Unicamp sedia o IV Encontro Nacional dos Estudantes de Estatística (Enest), nos dias 28 e 30 de abril. Promoção do Centro Acadêmico de Matemática, Estatística e Ciência da Computação.

Bolsista de Pesquisa — O Seminário Bolsista de Pesquisa está programado para o dia 29 de abril, o dia todo, no Salão II do Centro de Convenções. Trata-se de uma promoção do Serviço de Apoio ao Estudante, SAE.

ENCONTROS

Abastecimento — Até o dia 15 de maio, profissionais de níveis médio e superior da área de saneamento, saúde pública, odontologia preventiva e engenharia sanitária podem se inscrever para o curso "Fluoretação das Águas de Abastecimento Público", promovido pela Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb). O bioquímico Jaime Aparecido Cury, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP), da Unicamp, será um dos docentes que ministrarão o curso. Esse tem o objetivo de transmitir aos participantes a abrangência e a importância da fluoretação como fator de manutenção de saúde pública, e as técnicas corretas de aplicação do flúor nas águas de abastecimento público. Mais informações junto à Cetesb pelo telefone (011) 210-1100, ramais 379 e 318. O curso acontecerá entre 5 e 9 de junho.

Banco de Dados — O Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação (IMECC) promove de de 4 a 7 de abril o IV Simpósio Brasileiro de Banco de Dados, das 8 às 18 horas, nos salões I e II do Centro de Convenções da Unicamp. A coordenação está a cargo da professora Cláudia B. Medeiros. Informações pelo telefone 39-1301, ramal 3442.

Laboratório da Natureza — O Instituto de Física da Unicamp realiza nos dias 4, 11, 18 e 25 de abril, das 18h30 às 20h45, mais um curso de extensão universitária "Céu, Terra e Homem: o Laboratório da Natureza", sob coordenação do prof. Márcio Campos. O local é no próprio Instituto de Física e mais informações podem ser obtidas pelo telefone 39-1301, ramal 3150.

Debate — O que a Unicamp representa para a tecnologia do País? Esse será o assunto em debate no evento que traz como tema "O Papel da Universidade na Produção Tecnológica". Promovido pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) e pela Reitoria da Unicamp, o debate acontece no dia 12 de abril e será aberto a toda a comunidade universitária, inclusive de outras instituições de ensino superior. Será das 14 às 17h30, no salão III do Centro de Convenções da Unicamp, sob a coordenação do representante do DCE, André Luiz Gutierrez Pereira. Contatos pelo telefone 39-1301, ramal 2042.

LIVROS

"Oswald: itinerário de um homem sem profissão" — De Maria de Lourdes Eleutério. Um retrato sobre o mais polêmico escritor do modernismo, sua vida e obra, mostrando as múltiplas faces do inquieto de Oswald de Andrade. Editora da Unicamp.

"Do belo musical" — De Eduard Hanslick, tradução de Nicolino Simone Neto. Quando publicou "Do belo musical", em 1954, Eduard Hanslick era um obscuro funcionário administrativo da Universidade de Viena e, dois anos após a publicação desse livro agora traduzido, ele obteve a cadeira de estética e de história da música junto àquela universidade, ocupando-a por mais de 30 anos. Amigo de Brahms e em eterna polêmica com Liszt e Wagner, Hanslick é considerado o fundador da crítica musical formalista e algumas de suas teses, formuladas pela primeira vez nesse livro, tornaram-se patrimônio do pensamento moderno. Essa obra aborda problemas ainda hoje extremamente atuais e muitas das experiências musicais contemporâneas não se explicariam sem a tentativa de Hanslick de entender a música como linguagem autônoma, totalmente abstrata. Editora da Unicamp.

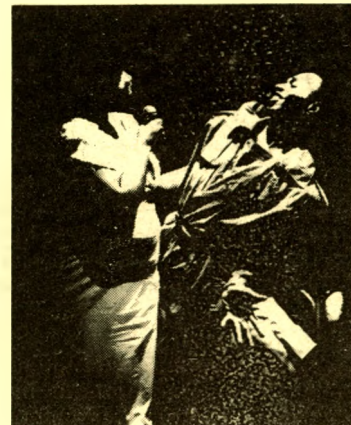
"Critérios Gerais para a Implantação de um Parque Ecológico" — De Hermógenes de Freitas Leitão Filho e Dennis Baganha Azevedo. Os autores apresentam as premissas e os procedimentos básicos de um parque ecológico, empregando, como pano de fundo, o exemplo da Unicamp. O Parque Ecológico da Universidade Estadual de Campinas foi criado em fevereiro de 1983 como unidade responsável pelo planejamento e manutenção de toda a área verde do campus. Vários projetos já foram realizados e atualmente o parque ecológico vem atuando junto à comunidade em vários programas de recuperação ambiental, em atividades de pesquisa e avaliação de recursos naturais vegetais em vários municípios. Editora da Unicamp.

O passeio da câmera

Camisetas à venda nos gramados do campus: o charme da griffe estudantil.

Casaldáliga e Milton, estrelas da Calourada

A recepção aos novos alunos da Unicamp é tradicionalmente marcada por uma série de atividades programadas pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE). Há competições esportivas, palestras com a presença de personalidades e, como não podia faltar, muita festa. Essa é a programação da "Calourada" para abril:

Dia 3, início das inscrições no DCE para a "I Copalouro", competições esportivas; **dia 4**, debate sobre "Moradia: O Projeto e a Conquista", às 12,30 horas, no Ciclo Básico, com a presença do arquiteto Juan Villá; **dia 5**, debate sobre "Moradia: Gestão dos Estudantes", no Ciclo Básico, às 12,30 horas; e no mesmo horário, no auditório do Instituto de Artes, apresentação dos corais "Algodão N'oreia" e "Gaveta"; **dia 6**, encontro dos corais "Coca", "Alimentum" e "Zíper", às 15 horas no Instituto de Economia, onde às 17 horas acontece a festa "Bichos Escrotos Entrem nos Egotos"; **dia 7**, às 18 horas, no Centro de Convivência Cultural de Campinas (CCCC), mostra de músicos da cidade; e às 21 horas, show com Milton Nascimento, no Ginásio Multidisciplinar da Unicamp, com ingressos à venda no DCE; **dia 10**, às 20 horas, o arcebispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, fala sobre "Religião e Socialismo", no teatro da EESG Culto à Ciência; **dia 11**, às 12,30 horas, debate sobre "A Perestroika Soviética e o Leste Europeu", no Ciclo Básico, com o filósofo alemão Guenter Beuchel, da Universidade Wilhelm Pieck (Alemanha Ocidental); e término das inscrições para a "I Copalouro"; **dia 12**, às 12,30 horas, no Centro de Convenções da Universidade, debate sobre "O Papel da Universidade na Produção Tecnológica", com o vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Arlindo Chinaglia; o representante da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), Carlos Eduardo Baldijão; e o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Crodowaldo Pavan; às 21 horas, no Centro de Convivência Cultural de Campinas (CCCC), apresentação do espetáculo de jazz e dança "Emoções Baratas", com o conjunto de jazz Heartbreakers e as cantoras Misty e Ariel; **dia 13**, no saguão do Instituto de Economia, "Unicâmera", às 12,30 horas; e, às 21 horas, "Emoções Baratas", show que permanece em cartaz até domingo, **dia 16**; a "Festa dos Convênios", com o grupo "Son Caribé" tocando muita

"Emoções Baratas": entre outras atrações, o jazz do Heartbreakers.

rumba, valsa, merengue e outros gêneros musicais, acontece às 22 horas; **dia 18**, abertura da "I Copalouro"; **dia 19**, debate sobre "Você e a Constituição Estadual", às 12,30 horas, no Ciclo Básico; e no CCCC exposição de trabalhos de artistas da Unicamp, que permanece até domingo, **dia 23**; **dia 25**, às 12,30 horas, no Ciclo Básico, debate sobre "A Amazônia e as Eleições Presidenciais", com o jornalista e escritor Fernando Gabeira; **dia 26**, debate sobre "Sexo, Drogas e Aids", às 12,30 horas, no Ciclo Básico, com a participação da sexóloga Nilva Pereira, o médico especialista em moléstias infecciosas Francisco Aoki e o psiquiatra Isaac Karniol; **dia 27**, a partir das 17 horas no Ciclo Básico, a "Festa Básico" e a "Maratona dos Sonhos da Unicamp". Durante a "Calourada" também haverá a "Semana Vídeo", entre os **dias 10 e 14**, no espaço cultural Nudecri (Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade), com a projeção de vários filmes. A "Calourada" tem prosseguimento em maio, com novas atividades. **(C.P.)**

Balões soviéticos para a Unicamp

O planeta Terra vive sob constante bombardeio de partículas dotadas de grande energia. O mecanismo de interação dessas partículas, que sempre foi estudado através de sofisticados aceleradores de partículas ou mediante detectores instalados em laboratórios a grandes altitudes, está com mais freqüência sendo analisado através de balões dotados de medidores de radiação cósmica. No Brasil, grande parte dessas pesquisas é realizada pelo Departamento de Raios Cósmicos do Instituto de Física da Unicamp, através de convênios firmados com importantes centros de pesquisa ligados à Academia de Ciências da União Soviética.

Este trabalho de investigação científica sobre os mistérios do cosmos, realizado pela Unicamp e pelo "Polar Geophysical Institute", da União Soviética, terá seqüência dia 3 de abril, quando chegarão ao campus da Universidade, em Campinas, mais quatro pesquisadores soviéticos. Na bagagem, três balões de polietileno com 35 metros de comprimento por 40 de diâmetro, que serão utilizados para medidas simultâneas de ozônio e raios cósmicos na baixa atmosfera.

Os balões, que atingirão 12.000 m3 quando inflados totalmente, serão lançados entre os dias 10 e 25 de abril. A base de lançamento ainda não está definida, podendo ser o campus da Unicamp, em Campinas, ou o campus da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Bauru. **(A.C.)**

Entrevista: José Lutzenberger

A dívida com o meio ambiente

O ecólogo e ecologista gaúcho José Lutzenberger, prêmio Nobel Alternativo pelo trabalho que vem desenvolvendo pela preservação do meio ambiente mundial e em especial a Amazônia, esteve na Unicamp, no final do mês de fevereiro, na qualidade de paraninfo dos formandos da Universidade, do ano de 1988. Lutzenberger deu uma entrevista exclusiva ao **Jornal da Unicamp**, *quando falou sobre a questão da internacionalização ou não da Amazônia, de Chico Mendes e da proposta de troca de parte da dívida externa brasileira pela preservação da mata amazônica. Veja aqui suas idéias sobre essa polêmica questão.*

Lutzenberger: "99% da devastação da Amazônia é feita com incentivo fiscal do governo brasileiro e com financiamentos internacionais".

Jornal da Unicamp — Às propostas internacionais de redução da dívida externa brasileira em troca da preservação da Amazônia e uma política mais efetiva de controle ambiental no País, o governo brasileiro alega razões de soberania nacional. Esse argumento é válido ou não passa de uma estratégia de manipulação da opinião pública?

José Lutzenberger — Em primeiro lugar, temos de deixar bem claro que essa proposta de troca de parte da dívida pela preservação não é uma interferência. Essa proposta ainda é apenas uma idéia para discussão. Não prevê nenhuma interferência. O que ela prevê é a diminuição da dívida em troca de preservação da natureza feita por nosso próprio governo. Temos de deixar bem claro que essa idéia não surgiu nos governos e na tecnocracia daqueles países. Fomos nós, os ambientalistas, os ecologistas brasileiros, aliados aos ecologistas do Primeiro Mundo, que fizemos essa proposta, por uma razão muito simples: hoje, os governos dos países em cujas fronteiras se encontram as últimas selvas (e não só a floresta tropical úmida aqui no Brasil, o cerrado também e outras), esses governos estão todos eles altamente endividados. Acham que para pagar a dívida têm de exportar os recursos, devastar a natureza. Grande parte dessa devastação, por outro lado, é feita com financiamentos que passam pelos

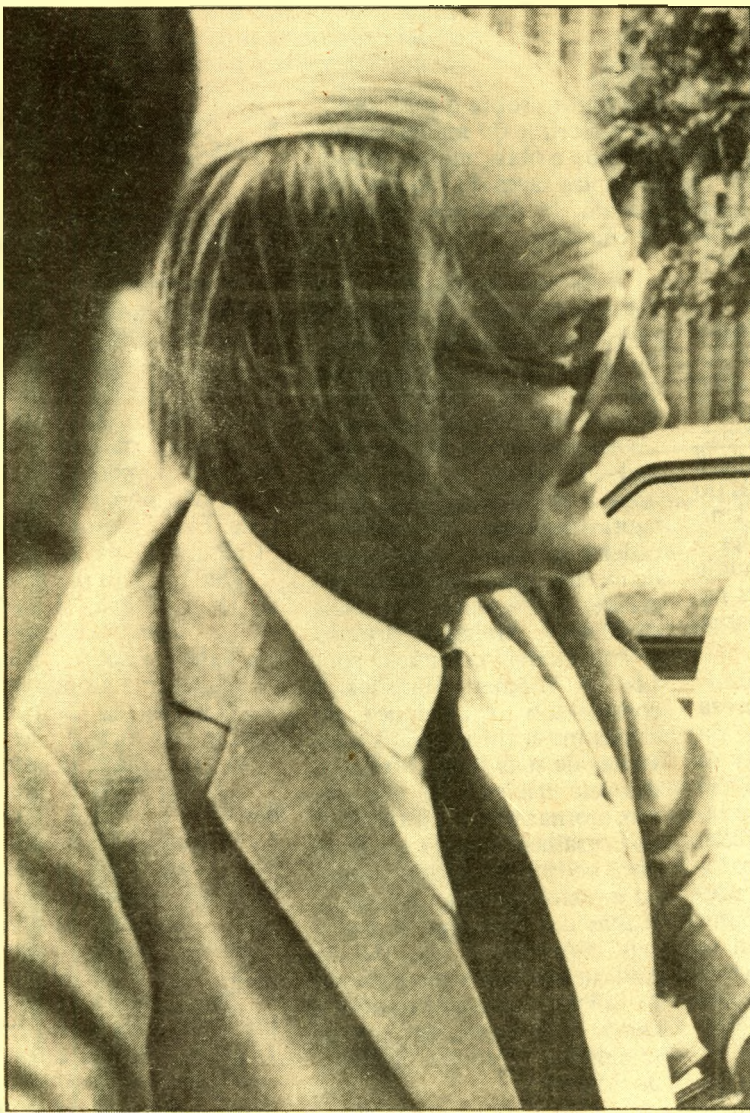
> *"Lá fora, nem uma vez ouvi a palavra internacionalização"*

grandes bancos multilaterais do desenvolvimento, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano. Trata-se aí de dinheiro de pagador de impostos do Primeiro Mundo, que nem sabe o que está acontecendo. Esse que muito em breve vai pagar de novo, dessa vez com sua pele, quando vierem os grandes desequilíbrios climáticos, que essa devastação inevitavelmente causará. Diante desse quadro chegou-se à seguinte conclusão: não seria talvez melhor achar um caminho em que ambos os lados — hoje perdedores — passariam a ser ganhadores? Em vez de pagar pela devastação se pagaria pela preservação. Esta é a idéia fundamental. Se o nosso desgoverno (faço questão de chamá-lo assim) continuar fazendo a chantagem que faz, perderá o último resquício de credibilidade que ainda tem.

JU — O governo brasileiro alega razões ligadas à soberania nacional para não aceitar a interferência na questão ambiental. Argumenta ser capaz de cuidar sozinho da Amazônia mas, ironicamente, incentiva projetos que prejudicam o ecossistema na região. Como o sr. avalia a responsabilidade do governo em relação à floresta até agora?

Lutzenberger — O governo é responsável direta ou indiretamente pela devastação. Vejamos a questão do incentivo fiscal da Amazônia. Sem esse incentivo (que não passa de clientelismo) 99% da devastação da Amazônia não existiria.

JU — Derrubar florestas tem sido um procedimento comum na implantação de projetos agropecuários na Amazônia. A produção de carne, leite e outros alimentos justificaria essa ação devastadora? É essa a única maneira de tornar a região produtiva? Ou há programas alternativos que poderiam ser implantados sem a depredação da mata?

Lutzenberger — Vejamos. O Brasil é um país de dimensões continentais. Concretamente temos umas 35 vezes mais território que países como a Alemanha Ocidental ou a Grã-Bretanha, e temos apenas duas vezes mais população. No Sul do País, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, no Centro em Minas, Bahia, no Nordeste, no Mato Grosso, em Goiás, nas áreas já desbravadas, temos tantos problemas para resolver. No meu Estado, que tem 250 mil quilômetros quadrados (é mais ou menos do tamanho daqueles dois países que acabei de citar), temos apenas oito milhões de pessoas. Nem 10% do nosso solo está sendo usado corretamente. A maior parte de nossa agricultura e pecuária é ainda de rapina. Temos tanta coisa para resolver lá e nos demais Estados sulinos, do Centro e do Nordeste do País. Poderíamos ampliar a produção apenas arrumando aquilo que hoje estamos estragando. Realmente, não há ainda nenhuma necessidade de derrubarmos florestas para alimentar pessoas, muito pelo contrário.

A floresta em pé produziria muito mais alimento para muito mais gente. Uma única castanheira produz pelo menos 500 quilos de um alimento precioso, protéico e energético com o qual o índio e o caboclo sabiam fazer dúzias de receitas diferentes, inclusive um leite artificial para bebês melhor que o leite de vaca. E esta produtividade ridícula que não é sustentável e que causa todo este estrago nem emprego dá. É um peão para cada três a cinco mil vacas, ou seja, um peão para cada quatro a cinco mil hectares. Numa floresta intacta, em uma área como esta, pode viver toda uma aldeia de seringueiros ou de índios. Então isso é uma grande mentira. Se quisermos realmente alimentar o nosso povo decentemente, temos de fazer coisas bem diferentes e deixar a Amazônia aos amazônicos, que são os donos da Amazônia. Os donos da Amazônia não são os gaúchos, os paulistas, os nordestinos. São os seringueiros, os índios, os caboclos, os ribeirinhos e a limitada população urbana daquela região.

JU — A nova Constituição brasileira abre perspectivas de mudança para vários setores da sociedade. De que maneira a nova Carta pode beneficiar a questão ambientalista, favorecendo a preservação do meio ambiente no País e, em especial, na Amazônia?

Lutzenberger — Acho que nem é tanto a Carta em si, que é tão importante. Se con-

> *"As tecnologias não são o resultado implacável do progresso humano"*

tinuar a situação que sempre houve no Brasil, em que temos leis bastante boas mas que não são cumpridas, e o primeiro a não cumpri-las é o nosso desgoverno, então a coisa não vai adiantar muito.

JU — O sr. critica a falta de bases técnicas e científicas dos ambientalistas brasileiros. Por que isso ocorre? De que maneira a pesquisa na área ecológica poderia contribuir para ajudar o País a conhecer e a proteger o seu meio ambiente?

Lutzenberger — Infelizmente, grande parte dos ambientalistas, não só no Brasil mas no mundo inteiro, mesmo tratando-se de pessoas muito bem intencionadas, dispostas a grande sacrifício, muitas vezes eles

> *"Chico Mendes sabia que ia morrer, mas mesmo assim ficou"*

não têm a eficiência que poderiam ter em sua luta porque não têm os conhecimentos científicos e técnicos, a visão filosófica e a ética holística que seriam necessárias para conseguir mudar as coisas, para conseguir as decisões importantes por parte dos poderosos. É claro que isso não é culpa deles. Faz parte do esquema em que vivemos, onde a universidade já não tem mais por alvo produzir pessoas de horizonte científico, técnico, ético, cultural amplo — enfim, formar sábios. Hoje só se quer formar especialistas.

JU — Durante seu discurso aos formandos da Unicamp, o sr. chamou a atenção para o papel que a universidade deveria desempenhar hoje. Na sua opinião, o trabalho que a instituição desenvolve está desvinculado das reais necessidades da população, da comunidade?

Lutzenberger — Eu diria que, dentro de certa medida, sim. Até certo ponto sim. Não quero dizer com isso que as especialidades que hoje são ensinadas sejam desnecessárias, muito pelo contrário. Precisamos de todas elas. Mas o que falta quase sempre é a visão holística, a visão unitária da coisa global.

JU — E o que precisaria ser feito para que as pesquisas, o ensino e a tecnologia geradas numa universidade fossem colocadas a serviço da coletividade?

Lutzenberger — Seria necessário primeiro que houvesse uma ampla discussão na sociedade, especialmente nos grêmios políticos, para saber quais são os verdadeiros alvos da sociedade. Quais são as verdadeiras tarefas dos educadores. Para isso precisaríamos primeiro, a nível de público e a nível de políticos, especialmente nos parlamentos, em todos os níveis, a nível municipal, estadual e federal, de congresso, de câmara e de senado, precisaríamos o que hoje chamam de crítica política da tecnologia. As tecnologias hoje não são apresentadas para aqueles que dela se beneficiam. São apresentadas como se fossem o resultado implacável do progresso humano, coisa que não se discute e se aceita. Se determinadas tecnologias vão de encontro a determinados setores da sociedade ou destroem ambientes, então isso é considerado o preço do progresso e se espera que nós nos adaptemos. No caso da devastação ambiental, se diz que se achará então corretivos. Mas a coisa não é assim tão simples. As tecnologias que hoje nos são apresentadas, que nos são impostas, em sua grande maioria são tecnologias concebíveis pelos poderosos, com o fim de ampliar poder e capital para eles. São raros os casos em que ainda nos são apresentadas tecnologias novas, cujo alvo principal seja a satisfação de reais necessidades das sociedades.

JU — Algumas escolas, ainda que timidamente, começam a introduzir a disciplina de educação ambiental em seus currículos. O objetivo é criar uma consciência ecológica nas novas gerações de brasileiros. Como o sr. analisa isso? O caminho para a solução do problema ambiental no Brasil passa necessariamente pela educação?

Lutzenberger — Ele passa por muitos níveis e por muitos setores da população. Vejamos um, que independe de posicionamento filosófico. Se o curso de educação ambiental se limitar àquilo que a tecnocracia em geral propõe, ou seja, a procura de corretivos tais como o controle da poluição, fazer reservas biológicas, esse tipo de coisa, então não vai adiantar muito. Também ainda neste contexto, se quisermos realmente frear essa corrida suicida na qual nos encontramos, temos de trabalhar em muitos níveis e a educação é um deles. É muito importante mas não é suficiente. O que adianta educar a juventude de hoje, especialmente as crianças, para que tenham uma visão ecológica e atitudes baseadas em visões holísticas do mundo, se nada for feito para salvar o mundo agora? Porque daqui a 20 ou 30 anos, quando essas crianças chegarem a postos de poder, não haverá mais nada para salvar. Isto significa que precisamos brigar também hoje com os poderes estabelecidos, com o poder tecnocrático, o poder burocrático. Para que haja mudanças, as decisões têm de ser tomadas agora.

JU — Sua análise é bastante pessimista.

Lutzenberger — Por um lado sou muito pessimista porque vejo que a devastação está se tornando cada vez maior. Basta ver o que está acontecendo na Amazônia e não é só aí. Por outro lado estou vendo um raio de esperança no horizonte. Depois de três acontecimentos desses últimos meses. O primeiro, a reação, a repulsa, a revolta que suscitou no mundo inteiro o assassinato de Chico Mendes. Isso é algo novo, estamos num outro patamar. Nunca na história da humanidade o assassinato de uma pessoa tão simples, tão humilde, tão boa e sem malícia (eu conheci o Chico pessoalmente, vivendo em um lugar tão remoto, quem já ouviu falar de Chapuri antes disso?) suscitou a atenção e a revolta do mundo inteiro, comunista, capitalista, de toda parte. O Chico, poucos dias antes de morrer, disse numa entrevista: "Quando nós começamos a lutar, estávamos brigando por nossas castanheiras, por nossas seringueiras, pela vidinha boa que levávamos na floresta. Depois nos demos conta de que estávamos lutando era pela Amazônia como um todo. Hoje, dizia ele, sei que estamos lutando pela humanidade". Isso é muito importante. Quero dizer mais uma coisa que ele disse naquela mesma entrevista, em Curitiba. Ele ia voltar para a Amazônia e já dizia que não ia viver muito tempo, que ia ser assassinado. Naturalmente, dissemos: "Fica aqui, não volta". Ele disse: "Tenho de voltar, meu lugar é lá. Não quero morrer, mas meu lugar é lá". "Não quero morrer" — repetia — "porque acho que não vai adiantar nada. Quantos já morreram e não adiantou nada. Se adiantasse eu até estaria disposto". Felizmente, neste ponto Chico Mendes estava equivocado. Ele não morreu em vão. O segundo aspecto importante é o que coloca a luta ambiental em um novo patamar. Um novo patamar para o globo como um todo, não só para o Brasil. Isso aconteceu com a reunião dos índios em Altamira, de onde estou chegando. Lá aconteceu também uma coisa fundamentalmente nova. Os índios até hoje continuavam sendo pisoteados, genocidados. São considerados uns infra-humanos, atrasados. E nestes 400 anos de história no Brasil, nos quais eles foram dizimados, de cinco milhões para quem sabe 150 ou 200 mil, durante todo esse tempo o índio aceitou seu destino, às vezes lutando mas sempre perdendo e sem esperança. A partir da reunião de Altamira, pela primeira vez os índios e os seringueiros se deram conta de sua própria importância. Eles vieram à reunião todos pintados para mostrar que são índios, com orgulho de serem índios. E o que é mais importante, de extrema importância, eu não esperava que isso fosse acontecer, o mundo inteiro esteve lá. Jornalistas, televisão de todo o mundo, capitalista ou comunista. Fidel Castro, Pinochet, todo o mundo estava olhando. Isso é um fato realmente novo e nos dá esperança. **(PCN e GC)**